

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 104/105 CURITIBA, QUARTA/QUINTA-FEIRA, EM 08/09 DE AGOSTO DE 2001 ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH
1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO
2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI
1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI
2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME
3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES
4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA
5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Sérgio Spada
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Hermes Fonseca
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Edno Guimarães
PST Divanir Braz Palma
PL Serafina Carrilho
PSB Moysés Leônidas

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02 - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 69ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
08 DE AGOSTO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Marcos Isfer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczy, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2404

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER,

após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência à tramitação do Projeto de Lei nº 248/2001, de autoria do Fórum Popular, contra a venda da Copel, que dispõe sobre a revogação da Lei nº 12.355/98.

Sala das Sessões, em 08.08.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2401

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja marcada a data de 27 de setembro do corrente ano, no período da tarde, para a realização de Sessão Plenária de Lançamento do Evento, o Parlamentar da Melhor Idade, conforme disposto no art. 6º da Resolução nº 011/2001, que institui o evento.

Sala das Sessões, em 08.08.2001.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 2413

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja aprovada e endereçada aos senadores e deputados federais, Moção contra a aprovação do Projeto de Lei nº 4147/2001, que transfere a titularidade do Sistema de Água e Esgoto do Município para o Estado, em trâmite na Câmara Federal.

A referida moção visa sensibilizar os senadores e deputados federais para a nocividade que representa o citado projeto para os municípios implicando em perda de receitas de autonomia, e em muitos casos, comprometendo completamente o equilíbrio orçamentário dos municípios.

Sala das Sessões, em 08.08.2001.

(aa) ÂNGELO VANHONI, IRINEU COLOMBO, NELSON TURECK, ALGACI TULIO, ORLANDO PESSUTI, AUGUSTINHO ZUCCHI, HERMAS BRANDÃO, NEREU MOURA, ELIO RUSCH, JOSÉ MARIA FERREIRA, HERMES FONSECA, MARCOS ISFER e ANTONIO ANIBELLI.

REQUERIMENTO Nº 2416

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao governador do Estado, Sr. Jaime Lerner e ao presidente da Copel, Sr. Ingo Hübert, determinando que suspendam o Processo de Licitação para venda da Copel, durante o tempo em que a Assembléia legislativa estiver analisando o projeto de iniciativa popular que proíbe a privatização da referida empresa.

O citado requerimento visa assegurar a tranqüilidade do processo de exame e votação do projeto de lei de iniciativa popular, que impede a privatização da Copel,

uma vez que estando a Assembléia Legislativa analisando a possibilidade de proibir a venda da empresa deve o Poder Executivo suspender o procedimento licitatório, até porque este pode se tornar infrutífero, gerando assim gastos desnecessários e expectativas frustradas.

Sala das Sessões, em 08.08.2001.

(a) ADEMIR BIER, LUCIANA RAFAGNIN, EDSON STRAPASSON, HERMES FONSECA, NEREU MOURA, CAÍTO QUINTANA, RENATO GAÚCHO, IRINEU COLOMBO, ELI GHELLERE, LUIZ CARLOS ZUK, ÂNGELO VANHONI, AUGUSTINHO ZUCCHI, TONY GARCIA, WALDYR PUGLIESI, MARCOS ISFER, NEIVO BERALDIN, ORLANDO PESSUTI, JOSÉ MARIA FERREIRA e PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2420

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM a Comissão Permanente de Educação, Cultura e Esportes desta Casa, além de resguardar as prerrogativas dispostas no Regimento Interno, seja também revestida com poderes de Comissão Especial de Investigação, para apurar denúncias de fraudes e desvio de recursos públicos na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e na Universidade Estadual de Londrina (Uel).

Sala das Sessões, em 08.08.2001.

(a) NEREU MOURA

Apoiamento:

Irineu Colombo, Edson Strapasson, Waldyr Pugliesi, Luciana Rafagnin, Hermes Fonseca, Ademir Bier, Orlando Pessuti, Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk e José Maria Ferreira.

JUSTIFICATIVA:

A Unioeste é a mais nova das instituições públicas de ensino superior do Paraná. Em um curto espaço de tempo atingiu um patamar de excelência em educação sendo reconhecida nacionalmente pela qualidade dos serviços prestados à comunidade, deixando a população do Oeste e Sudoeste do Estado orgulhosa de seus feitos. Assim também é a Universidade Estadual de Londrina.

Por isso não se pode admitir que pessoas inescrupulosas atentem contra esse patrimônio. Denúncias existentes versam sobre vários tipos de crimes, entre os quais: desvio de dinheiro público, fraude na realização de concursos públicos para a contratação de pessoal e desvios de outros recursos que deveriam estar sendo aplicados como subsídios no desenvolvimento das instituições.

Diante do exposto é necessário que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná faça cumprir seu papel fiscalizador, investigando os fatos ora citados, prestando assim, um grande serviço à comunidade paranaense, passando a limpo todas as denúncias que vêm sendo feitas às atuais administrações da Unioeste e Uel.

REQUERIMENTO Nº 2421

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a transformação da Sessão Plenária dos dias 14 e 15 de agosto de 2001, para discussão e votação do Projeto de Resolução nº 006/2000 (dispõe sobre o plebiscito quanto à venda do controle acionário da Copel) e dos Projetos de Lei nºs 174/2001 (revoga o artigo 3º da Lei nº 12.355/98), 240/2001 (suspende a eficácia da Lei nº 12.355/98 e do Decreto nº 718/99), e 248/2001 (revoga a Lei nº 12.355/98), que dispõe sobre a revogação da Lei nº 12.355/98, que autorizou a venda do controle acionário da Copel.

Sala das Sessões, em 08.08.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães, Valdir Rossoni, Ricardo Maia, Custódio da Silva, Nelson Tureck, Ademar Traiano, Divanir Braz Palma, Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Elio Rusch, Nelson Garcia, Antonio Carlos Belinati, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Duílio Genari, Chico Noroeste, Edno Guimarães.

REQUERIMENTO Nº 2411

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Catarina Xavier de Oliveira, aos 65 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 08.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2412

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Gustavo Borges, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 08.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2414

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento ocorrido no dia 07.08.2001, da Sra. Aldinha Porto Novaes.

Através deste, manifestamos nosso pesar, bem como nossa solidariedade a todos os familiares e amigos pela lastimável perda.

Requer ainda, que a decisão desta Casa de Leis, seja dado ciência à família enlutada, através de seu filho, o nobre deputado estadual Tiago Amorim Novaes.

Sala das Sessões, em 08.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2394

Senhor Presidente:

O deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata dos Trabalhos desta nobre Casa, de votos de congratulações e aplausos à Polícia Militar do Estado do Paraná, pela passagem dos seus 147 anos de criação, que ocorrerá no próximo dia 10 de agosto.

Outrossim, requer, dê-se ciência da decisão deste Legislativo Estadual ao Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, ao Comando Geral do Batalhão Florestal e ao Comando Geral do Corpo de Bombeiros.

Sala das Sessões, em 08.08.2001.

CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A gloriosa corporação da Polícia Militar do Estado do Paraná, completa no dia 10 de agosto vindouro, 147 anos de existência, constituindo-se hoje, numa das mais eficientes instituições policiais militares do Brasil.

O desempenho da Polícia Militar do Estado do Paraná, na árdua tarefa de policiamento ostensivo e preventivo tem assegurado à população paranaense padrão de segurança compatível aos países mais evoluídos do mundo. Os raros casos incompatíveis com a dignidade da corporação e de seus valorosos membros, são prontamente extirpados das suas fileiras e não maculam a tradição da gloriosa Polícia Militar do Estado do Paraná.

O Corpo de Bombeiros, por suas brigadas de combate a incêndios e por seus grupos de busca e salvamento, são motivo de orgulho para todos nós paranaenses, dada a bravura de seus integrantes.

O Batalhão da Polícia Florestal cumpre com fidelidade, a difícil missão de preservar reservas florestais públicas, assegurando a continuidade da qualidade de

vida e preservação do maior patrimônio de um povo, que é o meio ambiente.

A consignação na Ata dos trabalhos deste Legislativo, de votos de congratulações e aplausos, à Polícia Militar do Estado do Paraná, é o reconhecimento público de todos os paranaenses representados nesta Casa pelos nobres senhores deputados, ao passado de tradição da corporação e a confiança na continuidade dos inestimáveis serviços, na defesa do povo e do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2397

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações a S. Exa. Revm^a, Dom Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano de Curitiba, pela passagem de seu 75º aniversário de nascimento.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência a S. Exa. Revm^a Dom Pedro Fedalto.

Sala das Sessões, em 08.08.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Nosso Arcebispo Metropolitano, Dom Pedro Fedalto, está comemorando seu 75º aniversário de nascimento.

Grande alegria é para nós, saudar S.Exa.Revm^a, neste momento em que celebramos seu aniversário de nascimento.

Passar pelo mundo fazendo o bem, viver em meio de uma sociedade e conquistar-lhe a estima e a veneração é uma felicidade.

Foi o que conseguiu Dom Pedro, alma generosa, feita de amor e bondade. Não conhece o cansaço quando se trata de aliviar a dor alheia. Onde houver um sofredor, lá está Dom Pedro, a espargir-lhe sobre a fronte os eflúvios da caridade divina. Sua palavra de amor e perdão tem o dom de vencer até os mais empedernidos.

Atendendo ao chamamento divino, Dom Pedro ingressou nas fileiras do Senhor, a fim de dedicar toda a sua vida à santa missão de pastor das almas.

Entregou toda a sua existência a Deus numa abdicação voluntária a todos os bens terrenos para seguir o conselho do Divino Mestre.

Sua piedade e sua cultura, aliás, penhor de sua missão levada a cabo com fervor e unção, características dos verdadeiros servos de Cristo.

Orgulha-se, portanto, este parlamentar, em poder saudar S.Exa.Revm^a Dom Pedro Fedalto, pela passagem do seu 75º aniversário de nascimento e poder constar nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para legar aos pósteros.

REQUERIMENTO Nº 2398

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos a toda a comissão organizadora das festividades da 1ª Festa do Vinho realizada nos dias 3, 4 e 5 de agosto de 2001, no município de Bituruna.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Remi Ransollin, prefeito municipal, ao Exmo. Sr. Euvaldo Lunardelli Camargo Filho, vice-prefeito municipal, e a todos os senhores vereadores para que recebam e transmitam a toda a população de Bituruna, o reconhecimento e os aplausos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.08.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Bituruna realizou com absoluto êxito dias 3, 4 e 5 do corrente, a 1ª Festa do Vinho.

Está de parabéns a região de Bituruna, está de parabéns e exultante de alegria a população do Paraná, como de resto, todos nós que comparecemos.

Número considerável de produtores e expositores. Foi sem sombra de dúvida uma grandiosa festa, que ficará indelevelmente marcada na história de Bituruna, e com nota máxima para a organização geral.

A história dos homens do Paraná, sempre foi feita com heroísmo, com amor e com tradição.

A população de Bituruna recebeu de braços abertos como de costume, seus convidados. Este deputado sentiu-se perfeitamente em casa, sensibilizado e comovido pelo tratamento recebido.

Louvar o trabalho honrado, enaltecer o esforço construtivo, não será lisonja, sem dúvida, mas simplesmente o reconhecimento das nobres qualidades que exoneram a marcante atividade de todos aqueles que lutaram com denodo para o engrandecimento das festividades da 1ª Festa do Vinho de Bituruna.

A população de Bituruna mostrou seu potencial aos participantes do evento, com um grande e emocionante desfile com os primeiros moradores demonstrando a pujança das famílias com filhos, netos e bisnetos, daqueles desbravadores do município, antigo distrito de Santa Bárbara.

Certo poeta dizia: “O homem torna-se útil a medida que demonstra conhecimentos”.

Só os efeitos positivos podem marcar a presença do homem na vida.

Passaram-se os séculos, mas a voz do futuro, o trabalho do povo de Bituruna, vai marcando a figura daqueles que realizaram alguma coisa, especialmente pelo bem da comunidade.

Felicidades, Bituruna!

REQUERIMENTO Nº 2406

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, inserção nas Atas dos trabalhos voto de louvor à

Polícia Militar do Paraná, pelos 147 anos da Corporação que atualmente está sendo comandada de forma brilhante pelo Comandante Geral, coronel Gilberto Foltran.

Sala das Sessões, em 08.08.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 2409

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Romualdo Romão e Maria Romão, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando “Bodas de Ouro”. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos. O amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possamos continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nosso cumprimentos.

Sala das Sessões, em 08.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2410

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Domingos Lopes e Dolores Rosa Lopes, que completou 55 anos de união conjugal, celebrando “Bodas de Ouro”. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos. O amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possamos continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nosso cumprimentos.

Sala das Sessões, em 08.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2418

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Colégio da Polícia Militar do Paraná, pela comemoração de seus 42 anos.

Sala das Sessões, em 08.08.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio da Polícia Militar do Paraná - Colégio Coronel PM Felipe de Souza Miranda está completando mais um aniversário. A gloriosa instituição, criada em 07 de agosto de 1959, está completando 42 anos de existência.

A instituição, muito tradicional em nossa cidade e no Paraná, já abrigou nomes famosos do nosso País. Conhecido pela elevada qualidade de seu ensino, possui um projeto pedagógico que articula os afazeres do colégio com a construção constante da cidadania, através da educação vinculada ao mundo do trabalho e da prática social. O Colégio da PM possui atividades extracurriculares de grande prestígio na sociedade paranaense, com a Banda Marcial e o Corpo de Baile (onde os alunos participam de eventos culturais e bailes de debutantes entre outras atividades. Além destas, o Colégio destaca-se em diversas modalidades esportivas, desfiles cívicos e comunitários.

Ainda, o Colégio possui o Clube de Mães e a Associação de Pais e Mestres como duas instituições muito ativas dentro da própria escola e que vêm trabalhando incansavelmente para dar continuidade à construção da cidadania dos alunos, proporcionando através do trabalho junto à comunidade, e que vem alcançando excelentes resultados.

Pela comemoração de seus gloriosos 42 anos, receba o Colégio da Polícia Militar do Paraná (Rua Almirante Gonçalves, 1423 - Curitiba) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2418

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Polícia Militar do Paraná, pela comemoração de seus 147 anos.

Sala das Sessões, em 08.08.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A nossa gloriosa Polícia está comemorando no próximo dia 10 de agosto seus 147 anos de existência. Criada em 1954 por Zacarias de Góes e Vasconcelos, Presidente da Província do Paraná, a nossa Polícia Militar nasceu como Companhia da Força Policial da Província do Paraná, com um efetivo total de 67 homens, pela Lei nº 07 do dia 10 de agosto de 1854. Seu primeiro comandante designado foi um Capitão do Exército Nacional - Joaquim José Moreira Mendonça, que assumiu com a tarefa de organizá-la nos moldes estabelecidos e com base a hierarquia e disci-

plina, garantindo assim o melhor desempenho e a segurança que viria atender aos problemas da região na questão de segurança, controlando os criminosos e foras-da-lei que faziam desordens e praticavam assaltos, o que refletia de forma muito negativa a opinião pública paranaense.

Com a função de resolver este impasse foi criada a Companhia, que deu início às suas atividades em 05 de dezembro de 1854.

De lá para cá muita coisa mudou e a Corporação ganhou diferentes nomes: Corpo Policial da Província do Paraná, Regimento de Segurança do Paraná, Força Militar do Estado e Polícia Militar do Paraná, nome que recebeu em 1946, quando entrou na sua fase contemporânea, tornando-se então uma organização moderna, estruturada e aperfeiçoada.

A nossa Polícia Militar tem uma longa e gloriosa história, tendo participado de guerras e revoluções, batalhas por questões territoriais (Guerra do Contestado), lutando sempre bravamente pela nossa gente.

A Corporação sempre foi primorosa na formação de seus oficiais e no aperfeiçoamento dos mesmo, de forma a garantir um trabalho eficaz, através de uma visão administrativa, moderna e eficiente.

Pela comemoração de seus gloriosos 147 anos, receba a Polícia Militar do Paraná (Avenida Marechal Floriano Peixoto, 1401), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2407

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário inserção nas Atas dos Trabalhos voto de aplausos ao município de Prudentópolis, pela comemoração de 95 anos relativos a seu aniversário.

Desde seus pioneiros, a maior fortaleza deste município é o espírito empreendedor de sua população, a qual prima pelo desenvolvimento e progresso de sua cidade, e com este mesmo pensamento que o atual prefeito Nelson Dal Santos, a administra.

Sala das Sessões, em 08.08.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 2408

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário inserção nas Atas dos Trabalhos voto de louvor à Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro.

Trata-se de uma das maiores e mais antigas ONG's (Organização Não-Governamental) do Paraná, dirigida por voluntários da comunidade desde 1956, que tem sob sua gestão o maior complexo hospitalar exclusivamente

pediátrico do Brasil e o grande número de atendimentos, cerca de 75%, são provenientes dos SUS.

Sala das Sessões, em 08.08.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 2395

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao senhor Rubens Fava, pela passagem de 47 anos de comunicação da Rádio Celinauta, do município de Pato Branco-PR, ocorrido no último dia 31 de julho.

Sala das Sessões, em 08.08.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Em data de 31 de julho de 2001, a Rádio Celinauta, do município de Pato Branco completou 47 anos de comunicação no Paraná. Ao longo deste período, a Rádio Celinauta tem atendido as expectativas da população de toda a região. Possui profissionais capacitados, que no dia-a-dia apresenta informações de interesse municipal, regional, nacional e internacional.

Faz repercutir nos quatro cantos da região confiabilidade dos ouvintes com suas mensagens de amor, respeito e principalmente notícias verdadeiras, sem esconder da população a verdade.

Hoje temos a grata satisfação de constatar que o esforço deste veículo de comunicação valeu a pena. Os resultados são sempre surpreendentes.

A proposição deste parlamentar visa prestar uma justa homenagem a todos os componentes da Rádio Celinauta, que muito orgulha todo o Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2396

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, o envio de expediente ao diretor-presidente da Sanepar, Sr. Carlos Afonso Teixeira de Freitas, solicitando informações sobre as obras da Barragem do Iraí, detalhando informações sobre:

a) modalidade de licitação adotada nas contratações;

b) cópia do edital;

c) empresas que participaram do processo licitatório, com respectivos valores globais, e ainda formas de pagamento, com especificações dos valores efetivamente pagos;

d) seja detalhado o custo de projetos e consultorias contratados pela Sanepar, especialmente do EIARIMA, especificando os contratados, e ainda o procedimento licitatório;

e) sejam especificadas as possibilidades de proliferação de algas e suas espécies, bem como a viabilidade de eliminação das mesmas.

Justifica-se tal solicitação para que esta Casa Legislativa conheça a real situação das obras da Barragem do Iraí, bem como a problemática que as algas vêm ocasionando na água fornecida à população, cumprindo-se assim a função constitucional fiscalizadora deste Legislativo.

Sala das Sessões, em 08.08.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 2399

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Governo do Estado, solicitando a realização de estudo de viabilização da construção de Depósito de Calcário junto ao terminal da Ferropar/Ferroeste, onde o produto poderá ser disponibilizado aos agricultores a custo de frete zero.

A apresentação deste requerimento deve-se à necessidade de diminuir os custos do calcário para os agricultores do Oeste.

Sala das Sessões, em 08.08.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 2400

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Governo do Estado, objetivando evitar o fechamento da Agência de rendas de Céu Azul.

A apresentação deste requerimento deve-se à grande preocupação existente entre as lideranças políticas e sociais de Céu Azul, que temem pelo aumento da sonegação de impostos e conseqüentes quedas na arrecadação do município.

Sala das Sessões, em 08.08.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 2417

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao secretário de Estado da Saúde - Dr. Armando Raggio, solicitando que não seja oficializado o fechamento do Centro de Referência de Especialidades do Bacacheri, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 08.08.2001

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Referência de Especialidades do Bacacheri, localizada há 30 anos na Rua México, esquina com Rua Erasto Gaertner, vem atendendo ao longo deste período pacientes do SUS na área de especialidades médicas e odontológicas, funcionando ali uma central de consultas, além do atendimento básico (Clínica geral, geriatria, psicologia, odontologia, pediatria, radiologia, fisioterapia, ginecologia e outros). O local oferece ainda

exames de eletrocardiograma, atendendo toda a cidade de Curitiba e região metropolitana.

O Centro de Referência de Especialidades atende cerca de 15 mil pacientes/mês, na sua grande maioria pessoas idosas, tendo também uma programação de palestras na área de prevenção. O local é gerenciado pelo Estado - Secretaria de Estado da Saúde que, alegando contenção de despesas, pretende encerrar as atividades deste centro que atualmente atende grande parte da população em áreas específicas.

A comunidade que recorre a este Centro está se mobilizando para que não ocorra o seu fechamento, já que é um dos 04 locais em toda a Capital e Região Metropolitana que conta com atendimento especializado na área de saúde (os demais são: Avenida Kennedy, Marechal Floriano e Barão do Rio Branco - antiga Saúde Pública).

O fechamento do Centro de Referências de Especialidades representa um retrocesso no atendimento da nossa população na área de saúde, pois cerca de 15 mil pessoas ficarão mensalmente sem ter aonde se socorrer, não apenas em casos de emergência médica, mas sem um local de atendimento especializado e tratamento, que geralmente possui alto custo, com o qual a população não tem condições de arcar.

Diante do exposto, solicitamos ao Sr. Secretário de Estado da Saúde que mantenha ativo o Centro de referência de Especialidades do Bacacheri.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 330/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação dos Hemofílicos de Maringá e Região Nordeste do Paraná - Hemomar - com sede e foro em Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.08.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 15 de maio de 1999, a Associação dos Hemofílicos de Maringá, e Região Noroeste do Paraná -- Hemomar, é uma sociedade civil sem fins lucrativos e de caráter filantrópico, que tem por objetivo principal prestar atendimento, assistência e orientação médica e hospitalar à pessoa do hemofílico e seus familiares.

A documentação em anexo comprova que a entidade preenche os requisitos exigidos por lei que regula a matéria.

Contamos pois, com o apoio dos nobres deputados para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 331/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa "Mutirão Universitário", no Estado do Paraná.

Parágrafo único - O programa a que se refere esta lei, tem como objetivo autorizar as ações dos universitários junto às comunidades carentes e de baixa renda.

Art. 2º - O programa poderá firmar parceria com empresas públicas ou privadas que terão autonomia para definir as atividades a serem desenvolvidas nas comunidades carentes e de baixa renda.

Art. 3º - As atividades do "Mutirão Universitário" serão fiscalizadas pelas Secretarias de Estado relativas à atividade a ser exercida, através de relatório mensal a ser enviado pelos responsáveis do mutirão, onde deverá constar as ações desenvolvidas e avaliação do serviço prestado.

Art. 4º - A área de atuação do programa será, prioritariamente, nos bairros mais pobres, favelas, áreas de invasão e áreas de risco, por concentrarem maior número de problemas médicos, sanitários, educacionais, saneamento e de natureza familiar.

Art. 5º - O programa "Mutirão Universitário" deverá incluir as mais diferentes especializações de jovens e adultos, da assistência maternal ao apoio à terceira idade.

Art. 6º - caberá às universidades definir os critérios de avaliação do trabalho desenvolvido pelos acadêmicos que participaram deste programa, servindo tal experiência como estágio e como currículo para efeito das aprovações no referido curso.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.08.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei será, sem dúvida alguma, o início de um processo que objetiva minimizar a miséria e melhorar as condições de vida da população mais necessitada, que por força das desumanas condições de vida das localidades mais pobres, não têm acesso aos princípios básicos da cidadania e da justiça social.

O projeto busca valorizar a criatividade dos universitários do nosso Estado e a excelência das nossas instituições de ensino superior.

Desta forma, por se tratar de um instrumento de grande valor para amenizar as condições de vida de amplos segmentos da população concentrada na periferia e nos bolsões da pobreza, pedimos o apoio dos nobres deputados para a aprovação da proposição.

PROJETO DE LEI Nº 332/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica normatizada a criação, a exposição e a realização de competições entre aves das raças combatentes *Galus-Galus*, nos termos da presente lei.

Art. 2º - As atividades esportivas do galismo, inerentes à preservação de aves de raças combatentes, serão realizadas em recintos e/ou locais próprios nas sedes das entidades denominadas “rinhadouros”.

Art. 3º - A autorização para realização das competições será outorgada por órgão do poder público estadual mediante o recolhimento de taxa.

Art. 4º - Os locais, onde serão realizados os eventos, deverão ser vistoriados anualmente pela autoridade competente para que possa ser fornecido o alvará, como medida de segurança e proteção dos frequentadores.

Art. 5º - Um médico veterinário e/ou assistente capacitado, atestará antes das competições, o estado de saúde das aves que participarão do evento.

Art. 6º - Fica proibida a prática desta atividade em locais próximos a Igrejas e Hospitais, devendo ser respeitada a distância mínima de oitenta metros para preservar o silêncio, a ordem e o sossego público.

Art. 7º - Nos locais onde se realizam as competições, é vedado o ingresso ou permanência de menores de dezesseis anos.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.08.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O estado democrático de Direito pressupõe que as liberdades consubstanciadas nos direitos de associação, reunião e opinião, fundamentam o pluralismo político e são um dos pilares da República Federativa do Brasil.

Sendo assim, estamos apresentando o presente plano de lei no sentido de normatizar a criação, a exposição e a realização de competições entre aves das raças combatentes *Galus-Galus* no Estado do Paraná.

A eventual proscricção dessa manifestação cultural poderá até preservar o bem-estar do espécime, mas, com toda a certeza que advém do curso habitual das coisas, promoverá o extermínio das espécies de aves combatentes no Estado. Ninguém se disporá a criá-las para a indústria alimentícia ou para fins ornamentais e nenhuma

entidade governamental ou não- governamental cuidará de preservá-las, com exceção daqueles para a qual a avicultura esportiva é uma fonte de lazer ou de subsistência.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do projeto em tela, cuja matéria já se tornou lei nos Estados da Bahia, Rio de Janeiro e Santa Catarina (Lei nº 11.366/2000).

PROJETO DE LEI Nº 333/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no município de Nova Olímpia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.2001.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede e foro à Rua Brasília, 222, no município de Nova Olímpia, constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado, sem distinção de sexo, raça, cor, nacionalidade, política ou outra natureza.

A APMI tem por objetivo: buscar recursos institucionais disponíveis de âmbito federal, estadual e municipal, oficial ou particular para a execução de seus programas que têm por finalidade a promoção social da família, assistindo, em particular, a maternidade, a infância, a adolescência e terceira idade. A APMI tem por objetivo organizar, instalar e manter na medida do possível, estabelecimentos destinados à proteção e assistência à maternidade, à infância e à adolescência, tais como Hospital Infantil, Unidades de Atendimento Comunitário e Materno-Infantil, Centros Sociais da Mulher, Centros Comunitários e Centros de Educação Infantil.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei 6994/78, alterada pela Lei 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 334/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o parágrafo único do artigo 1º, da Lei nº 13229, de 18 de julho de 2001, que criou o

Núcleo Regional de Educação de Ibaiti, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - ...

Parágrafo Único - O Núcleo Regional de Ibaiti será desmembrado do 30º Núcleo Regional de Educação e será constituído pelos municípios de Ibaiti, Japira, Jaboti, Pinhalão, Tomazina, Figueira, Curiúva, Sapopema e Wenceslau Braz.”

Art. 2º - O município de Wenceslau Braz passa da abrangência do Núcleo Regional de Jaguariaíva para o Núcleo Regional de Educação de Ibaiti.

Art. 3º - O município de Jundiá do Sul passa da abrangência do Núcleo Regional de Educação de Ibaiti para o Núcleo Regional de Educação de Jacarezinho.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.08.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto tem por objetivo transferir o município de Jundiá do Sul da abrangência do Núcleo Regional de Educação de Ibaiti para o Núcleo Regional de Educação de Jacarezinho, e também transferir o município de Wenceslau Braz para o Núcleo Regional de Educação de Ibaiti.

Ao apresentarmos o presente projeto de lei estamos, acima de tudo, atendendo às comunidades dos municípios de Jundiá do Sul e Wenceslau Braz.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Conforme requerimento aprovado ontem, de autoria do nobre deputado Divanir Braz Palma, solicitando que concedêssemos no Pequeno Expediente um horário ao Sr. Gustavo Kfourì presidente da União Paranaense dos Estudantes, convidamos o Gustavo para fazer a sua palestra por 10 minutos.

O SR. GUSTAVO KFOURI

Boa tarde, senhor presidente desta Casa, em nome de quem eu saúdo os componentes da Mesa, senhoras e senhores deputados, público presente.

Primeiramente agradeço a oportunidade de estar nesta Casa Legislativa e em nome do movimento “Uma UPE Para Todos”, um nome pelo qual foi batizado um movimento que teve início no mês de novembro de 2000 e foi criado com a finalidade da reconstrução da União Paranaense de Estudantes, para a reativação do movimento estudantil no Estado do Paraná. A entidade máxima de representação discente fundada em 16 de setembro de 1939 foi um marco de representação discente e de resistência estudantil frente à ditadura.

Infelizmente dominada por um pequeno grupo que utilizava como instrumento de disseminação de política partidária, infelizmente caiu em descrédito perante a sociedade; foi apagada do meio estudantil e foi atolada em dívidas. Os estudantes universitários não mais ouviam falar no nome da UPE, que tinha se distanciado das bases.

Enfim, em novembro do ano passado, foi iniciado um movimento que conquistou a maioria dos DCEs do Estado e convocou um congresso elegendo uma nova diretoria que hoje em dia preside a União Paranaense de Estudantes.

Logo que assumimos, um pequeno grupo ainda não tinha “largado o osso”, digamos assim; impedia a abertura da entidade e tentou, por vias judiciais, impedir que tomássemos posse. Não conseguiram. Tentaram fazer uma nova eleição. Novamente foram impedidos, quando a Justiça determinou multa de 50 mil reais para quem tentasse impedir esta decisão. Ainda tentaram falar em nome da UPE, quando foram representados e pedida a prisão de estudantes, que nem eram estudantes mais, eram aqueles tais estudantes profissionais e foram incriminados no artigo 307 do Código Penal.

Hoje em dia correm o risco de estarem presos. Hoje a UPE, infelizmente está atolada em dívidas, podemos ver a irresponsabilidade daquele grupo que geria a entidade. O cadastro junto ao Tribunal de Contas foi rejeitado: sumiram 87 recibos em branco, destinados ao pagamento de funcionários. Levantamos a emissão de carteiras estudantis falsas que mostravam a dívida com a UNEs com prestadores de serviços. A farra era descontrolada; verificamos ligações ainda para serviços de telesexe e esoterismo, no valor de trinta mil reais. Não pagaram funcionários que entraram na Justiça e hoje em dia temos uma dívida de 400 mil reais. Esta é a classe que dirigia os estudantes do Estado do Paraná no passado.

Só que isso acabou. Nós, hoje em dia, instauramos inquéritos policiais para averiguar as irregularidades e temos um conselho fiscal que atualizará o cadastro junto ao Tribunal de Contas. Hoje, a nossa bandeira é em favor da probidade e da transparência frente ao movimento estudantil.

Hoje revivemos este movimento e pedimos aqui, nesta Casa, a suspensão do Projeto de Lei nº 173/2001 de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que prêve a cobrança de cursos de graduação nas escolas públicas estaduais para alunos que fizerem o segundo curso de graduação e se o aluno reprovar em determinada disciplina. O que nós acreditamos é que o Estado deve cumprir a função constitucional de oferecimento de ensino público gratuito, sob pena de ferir o princípio da isonomia. Todos devem ser tratados de maneira igual. Quere-mos suspender o projeto, para que possamos debater junto com a comunidade de dentro das faculdades, porque a ferida foi aberta. O deputado colocou o dedo em uma ferida, e agora o que queremos, é fazer com que ela

seja exposta, e que se possa levar a discussão para dentro das faculdades.

Que possamos nos unir com reitores, representantes docentes, professores, estudantes, para que possamos, futuramente, apresentar um novo projeto para educação pública no Estado do Paraná.

Foram investidos e são investidos, anualmente, 300 mil reais em educação; só queremos saber, onde tem o retorno desse investimento? Porque, faltam laboratórios nas faculdades; os materiais de pesquisas são ultrapassados, os alunos, por exemplo, da UEM, quando querem procurar livros que não encontram na biblioteca da faculdade, vão procurar em uma faculdade privada; instalações precárias; cantinas; salas da aula; faltam livros; ou seja, 1/12 avos da arrecadação total do Estado, é destinada à educação; só que vemos que, a administração das faculdades, não atua de forma transparente e não presta contas. Existe uma má administração dos recursos.

Nós vimos a intenção do deputado Braz Palma, como uma forma de resgatar a função de universidade pública; ou seja, permitir o acesso do estudante carente ao ensino e resgatar a função da universidade, como centro de produção de pesquisa. Só que com o salário que os professores ganham hoje, não é possível.

Queremos oferecer uma proposta para um novo modelo de ensino público e aproveitar, com essa lei que pedimos, que seja suspensa por ora e seja modificada, para que, daqui para frente, sirva de embasamento para esse novo modelo que, se tudo der certo, vai ser implementado.

Queremos discutir formas de acesso ao estudante carente ao ensino; discutir o projeto de lei do deputado Antero Paes de Barros, que está tramitando na Câmara Legislativa Federal e que vai prever 50% das vagas de escolas públicas para o acesso desses estudantes no ensino superior.

Queremos discutir também, projetos inovadores, como por exemplo, o que está sendo discutido na USP - Universidade do Estado de São Paulo, que é o Projeto Universidade do Futuro, que discute se no futuro existirão professores nas salas de aula, porque pelo que se vê, com avanço da informática, é capaz de estudantes poderem estudar em casa, o que também posicionou-nos contra, porque achamos que é necessário para o aprendizado a troca de experiências e vivências, o que é feito em sala de aula.

Hoje vemos a implantação de novos projetos pedagógicos, que extinguem o modelo tradicional de aulas expositivas e buscam interdisciplinariedade, ou seja, atuação de vários, professores. A educação, antigamente, era centrada no professor; hoje é centrada no ensino.

É preciso capacitar os professores. Muitas vezes, o professor recebe incentivos para buscar uma pós-graduação, uma melhor capacitação, só que não volta para faculdade, porque depois de ele conseguir galgar esse título, vai buscar em escolas particulares uma forma de acesso,

uma nova possibilidade de trabalho, porque ali ele recebe melhor.

Temos certeza, deputado Braz Palma, do interesse de V. Exa. ao entrar com esse projeto de lei, no sentido de garantir o acesso ao estudante carente ao ensino público, hoje elitizado. Acreditamos que o senhor tem interesse, também, na elevação da qualidade de ensino. O que nós pedimos é que seja suspenso esse projeto, para que possamos iniciar uma marcha a favor do ensino gratuito e de qualidade. É isso que nós pretendemos com o fórum, que vai estar sendo marcado para o dia 30, na Universidade Federal do Paraná, oportunidade que também estaremos lançando Plano de Gestão, que vai ter por finalidade a representação docente aqui no Estado, de uma forma transparente, honesta e ativa.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Agradecemos a presença do Gustavo Kfour, presidente da UPE, dentro deste espaço democrático que a Assembléia abre para instituições organizadas do Estado.

Dentro do Pequeno Expediente, deputado Divanir Braz Palma.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Apenas para manifestar a nossa alegria em receber na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o vereador de Telêmaco Borba, José de Almeida Salles, que faz uma visita ao nosso Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Seja bem-vindo à nossa Casa de Leis.

Com a palavra, deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, Mesa Diretiva, autoridades paranaenses aqui presentes, lideranças comunitárias, senhoras e senhores.

Nós ouvimos atentamente as palavras do Sr. Gustavo Kfour, presidente da União Paranaense dos Estudantes, que veio a esta Casa trazer a preocupação de entidades, com relação ao nosso projeto de lei, que estabelece a cobrança, nas faculdades públicas do Paraná, para estudantes que vão cursar o 2º curso.

Na realidade, senhor presidente, o que o presidente da Upe diz aqui, vem e encontro às intenções deste parlamentar, que é de trazermos à luz do dia, a atual situação por que passam as universidades públicas do Paraná.

Sabemos que hoje temos 5 universidades públicas consumindo 1/12 de toda a arrecadação do Estado do Paraná. Mais de 300 milhões. Essa quantia volumosa não contempla o estudo que seja da vontade e do interesse dos estudantes paranaenses.

Apesar de a universidade ser pública, ela recebendo esses recursos fantásticos, não tem demonstrado nos últimos 5 anos, crescimento físico nenhum.

Nem nos números de salas de aulas, nem nos números de cursos.

As universidades estão paralisadas e todos os dias vemos manchetes em jornais “Professores e servidores se mobilizando para greve”.

O MEC ameaçando reprovar cursos por falta de equipamentos e acervos em bibliotecas e a cada dia distanciando da sociedade paranaense as universidades públicas, porque, apesar de serem públicas e gratuitas, no Paraná elas não conseguem atender mais do que 15% da demanda dos nossos jovens, que precisam ingressar para fazer o curso superior.

E quem sofre com isso, senhores deputados, são principalmente as classes menos favorecidas, que não têm condições de fazer vestibular em escolas de alto nível, que precisam trabalhar à tarde e à noite vão as escolas, muitas vezes sem jantar, cansados.

E na hora do vestibular, eles se encontram em pé de igualdade com aqueles que podem frequentar boas escolas, bons cursinhos, que não trabalham, que são filhos de pessoas abastadas, que têm condições de manter seus filhos sem trabalhar e só estudando.

Então, quero aproveitar aqui para dizer ao presidente da Upe, que coincidimos com os objetivos. Este fórum, que vai ser instalado para estudar a situação das universidades do Paraná, vem em boa hora.

Já era tempo de nós, representantes do povo, fazermos uma radiografia das nossas universidades das nossas faculdades públicas, para chegarmos a uma conclusão. É o que está acontecendo.

Estamos consumindo verdadeira fortuna, que vem de onde? Vem do ICMS pago pela nossa população e não estamos conseguindo atender nem 10% dos nossos alunos que estudam e estão para ingressar nas universidades públicas.

Quase 90% do ensino superior já são explorados por “empresários do saber”. E onde vamos chegar?

O sucateamento das nossas universidades, os nossos jovens tendo que ir a faculdades particulares, nem sempre podendo pagar. Onde é que vamos chegar?

Sou favorável então, a esse curso, a esse grande debate que o presidente Gustavo Kfoury propôs aqui esta tarde. Que esse fórum venha trazer luzes para esse grande problema que atinge a todos nós paranaenses.

Antes de encerrar e de dar a minha opinião com relação ao nosso projeto, que tem por objetivo não acabar com a universidade gratuita: pelo contrário, fortalecê-la, porque do jeito que vai, ela chegará a tal sucateamento, que não terá mais condições de atender nem 8% que atende hoje. Então, é preciso socorrer a universidade pública, mas é preciso que ela tenha recebíveis, e acima de tudo que ela receba um gerenciamento moderno, como exige hoje, a nossa sociedade, desde a iniciativa privada e a empresa pública, têm que sofrer por esse choque de modernidade também.

Concedo aparte ao deputado Moysés Leônidas.

O Sr. Moysés Leônidas

Deputado Divanir Braz Palma, tenho conhecimento do seu projeto e queria até cumprimentá-lo por trazer esse debate.

Acho que essa questão das Universidades no Paraná, nós precisaríamos, aqui, iniciar um trabalho muito forte, para que pudéssemos ter uma parte no ensino de terceiro grau do Paraná, assumido pelo governo federal. Nós não temos mais lideranças aqui, no Paraná, como aconteceu, por exemplo, no caso do Rio Grande do Sul, que tem três universidades federais, e o Paraná só tem uma. Se aqui no Paraná, o governo assumisse pelo menos duas das nossas universidades, sobriaria até dinheiro para que o Estado pudesse investir nas outras.

Então, acho que a discussão tem que passar por isso. Distribuí ontem um projeto, até em função do que está acontecendo na Universidade Estadual de Londrina, onde tive a oportunidade de ser do conselho por diversos anos, autorizando o Governo do Estado do Paraná, a contratar executivos que conheçam a área, para a administração das universidades, independente da questão magnífica dos reitores, que poderiam continuar, inclusive, até sendo eleitos pela comunidade, porque o dinheiro que sai do Estado para essas instituições é uma verba que merece ser respeitada. Estou pensando, até em função do que está acontecendo em Londrina, uma CPI para investigar a questão das universidades do Paraná.

Então vem em boa hora, também estou com esse projeto que espero prospere, assim como fazem as escolas do mundo inteiro, tendo um executivo da área que conheça para poder gerir, inclusive esse dinheiro.

O que estou vendo, por exemplo, na Universidade Estadual de Londrina, até oportuna, porque a discussão de V.Exa. antecede a essa questão de Londrina, me faz crer que precisamos fazer uma investigação muito maior do que o Estado realmente gasta com o terceiro grau, no Estado do Paraná. Mas quero até alertá-lo que faz parte de uma região grande, que é a região de Maringá, e a minha também, de Londrina. Nós devemos aqui, cobrar uma postura do governo federal, que assuma uma parcela da federalização dessas universidades, pelo menos duas no Paraná que precisamos, e não vejo nenhuma liderança, não vejo senador, não vejo deputado federal, não vejo nenhum desses companheiros ligados, inclusive interessados nessa área, na área do ensino, que esteja levantando e fazendo esse questionamento.

Muito obrigado.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Agradeço o aparte do nobre deputado, que enriquece esse debate, e quero dizer que nós, como deputados, queremos buscar luzes para o problema.

Nada de radicalizar, nada de querer ser dono da verdade.

Por isso, nós tomamos uma decisão, na esperança de que esse fórum, que vai ser feito pela UPE, venha tra-

zer novas diretrizes, luzes, para que possamos dar esse choque de modernidade a nossas universidades públicas. Senhor presidente, estarei encaminhando amanhã um requerimento propondo a suspensão do nosso Projeto de Lei nº 173, até segunda ordem, para que possamos, em conjunto, em nosso debate com a comunidade universitária, com os acadêmicos de todo o Paraná, achar uma solução para o problema da nossa universidade pública que hoje se encontra em estado doente, e antes que entre em estado terminal, salvemos as nossas universidades. Para isso precisamos de debates, coragem, colocar o dedo na ferida, como disse o presidente da UPE, Gustavo, e é para isso que estamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito ao orador que está na tribuna, nós temos uma Sessão agora com a participação da nossa Polícia Militar e em seguida com a Federação dos Trabalhadores, e para esse debate nós teremos tempo, após prestarmos a nossa homenagem à Polícia Militar, e ouvirmos o presidente, darmos continuidade à nossa Sessão.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Agradeço, senhor presidente, a todos os senhores, e muito obrigado pela presença do presidente da UPE aqui na nossa Casa de Leis.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nós suspendemos a Sessão Ordinária desta Casa, no dia de hoje, para, dentro de poucos minutos, recebermos o Comando da Polícia Militar para prestarmos uma homenagem à Polícia Militar. E também, logo em seguida, estaremos recebendo aqui o Movimento da Agricultura Familiar e, posteriormente, daremos continuidade à Sessão Ordinária.

Está suspensa a Sessão por cinco minutos.

(Reaberta a Sessão)

Dando continuidade à Sessão Ordinária, encerrado o Pequeno Expediente, não tem oradores no Grande expediente, passamos ao Horário das Lideranças: PL, PSB, PSC, PST, PSL, PPS, PDT.

Com a palavra, o senhor deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados:

Primeiramente cumprimento o presidente desta Casa, deputado Hermas Brandão, pelo modo como conduziu a Sessão de Homenagem aos 147 anos da nossa gloriosa Polícia Militar do Estado do Paraná.

Mas também cumprimento a todos aqueles que aqui vieram para demonstrar a insatisfação, apesar da perseverança do propósito de resguardar a família do Paraná, que tem a PM do nosso Estado, mas aqui veio parte daquela família que é fundamental a qualquer sol-

dado, a qualquer cabo, sargento, sub-tenente, tenente, capitão, major, tenente-coronel, chegando do soldado ao comandante Foltran, que é fundamental, que é a família.

E a família aqui presente, demonstrou que alguma coisa está errada neste Governo do Estado do Paraná, que não dá condições mínimas para que realmente o soldado, o oficial, ou qualquer componente da Polícia Militar do Estado do Paraná, tenha tranqüilidade de espírito, vendo a sua família bem assistida, através de um salário digno.

Vemos, não uma insatisfação, mas vimos a procedência da justiça, dos reclamos aqui feitos.

E foi a mulher, a mãe, a filha, a irmã, que trouxe para nós nesta Casa, a palavra da família da PM do nosso Estado.

Ouvimos com atenção, inclusive nesta tribuna, na Oposição, o Comandante Foltran, falando da fundação, do empenho, da dedicação, do que é a Polícia Militar que combate tudo o que é possível, ao seu alcance, mas também do outro lado desta tribuna, mas precisamente das galerias, lá se encontrava alguém que não pode falar, alguém a quem não dão voz, alguém que realmente demonstra que falta comida na mesa e que falta condições, às vezes até de uma assistência médica, pelo IPE falido, e pelo Parana Previdência, que nunca entra em trabalho para assistir a Polícia Militar do nosso Estado.

Testemunhamos, senhor presidente, que alguma coisa deva ser feita.

E quando um policial militar naqueles seus dias de descanso, vai tentar fazer algum trabalho extra à sua família, ele é penalizado.

Por isso, senhor presidente, senhores deputados, estaremos entrando nesta Casa, com um projeto de lei, no qual tentaremos amenizar, em parte, aquilo que o Governo do Estado não quer fazer. É dar condições, deputado Algaci Tulio, como tem no Rio de Janeiro, que o Policial Militar, tanto da Polícia Civil, quanto da Polícia Militar, tenha condições de fazer um trabalho extra e não ser penalizado dentro da sua instituição. Um trabalho que não vai afetar classe alguma, seja de vigilante bancário, seja de vigilantes particulares, seja enfim de qualquer profissão mas que o PM, que o policial civil tenha condições de procurar suplementar sua renda, já que o Governo não lhe dá condições de sobrevivência.

Estaremos, acredito, recebendo o apoio deste Parlamento, para que possamos dar a nossa parte, se pudéssemos, tenho certeza absoluta, que já teríamos atendido às reivindicações justas da família da Polícia Militar do Estado.

Encerro, senhor presidente, e estarei, na próxima semana, falando sobre a água de Curitiba. Essa água, que não é a que serve aos deputados, mas estaremos trazendo, senhor presidente, nesta tribuna, a água que é distribuída à família curitibana e à Região Metropolitana de Curitiba, que é quase uma água inservível ao consumo, uma água que tem mau cheiro, uma água que os diretores da Sanepar e suas famílias não tomam; sabemos perfeitamente bem. E aqueles que quiserem defender a Sanepar, vê-los

tomarem uma água que é servida à população, é comparecerem na próxima reunião, se ela não fizer mal, porque são inúmeros os casos de diarreia, de contaminação que estão polarizando a região de Curitiba e região metropolitana, sem que a Sanepar tome uma providência eficaz para que isso seja parado.

A Sanepar faz nota oficial no rádio, na televisão e no jornal, parece que copiando a linha de mentira que tem o Governo do Estado, quando algum caso, como esse último referendado pela secretária da Educação em referência as APAE's. O que é que o Governo fez?

Invés de revogar imediatamente aquele decreto maldito, foi à televisão, ao rádio e ao jornal, justificando o projeto. Quando mais de cinco mil pessoas vieram à frente desta Casa e do Palácio, quando aquelas crianças que realmente não pediram para ter os defeitos que possuem, vieram aqui juntos, quando este deputado e mais precisamente o presidente desta Casa, deputado Hermas Brandão, e outros deputados abriram os olhos do dorminhoco governador Jaime Lerner, é que ele, acordado e sacudido, fez com que a secretária anulasse aquele ato arbitrário, prepotente, aquele ato que penalizava crianças inocentes de todo o Paraná.

Neste instante, senhor presidente, acredito que não os gritos, nem os reclamos são somente da família PM do Estado, mas como nós, nesse Parlamento, teremos a obrigação de, cada dia, referendar mais as posições do Governo do Estado, quando ele se volta contra e aqui estaremos fazendo com que esses projetos contra a família do Paraná sejam eles denunciados e nos posicionaremos a favor do povo.

Terminando, senhor presidente, queria uma vez mais, como comecei, cumprimentar a bancada da Oposição, que desde o primeiro dia, quando aquele decreto famigerado - revogado, agora - foi realmente por ter, o Governo, a falta de competência de não ter sido feito.

Cumprimento, também, em partes, o acordado, agora meio acordado, Jaime Lerner com as APAE's do Paraná, que parece, sacudiram o homem, abriram-lhe os olhos, e precisam abrir-lhe a consciência na privatização da Copel.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PT - Com a palavra, o deputado Irineu Colombo.

Solicito aos senhores parlamentares que forem usar o horário, que cumpram o horário, porque ainda hoje vamos receber aqui os representantes da agricultura familiar, e é com muita honra e satisfação que nós recebemos os agricultores do nosso Estado.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Primeiramente, eu queria noticiar a este plenário, que foi aprovada uma moção de repúdio pelo processo de privatização da Copel, pela Câmara Municipal de Curitiba.

Diz a moção:

(Lê):

“PROPOSIÇÃO Nº 60.00001/2001

Os vereadores, infra-assinados, no uso de suas atribuições legais, submetem à apreciação da Câmara Municipal de Curitiba, a seguinte proposição:

REQUERIMENTO:

Moção de repúdio ou protesto

SÚMULA:

Moção de protesto pelo processo de privatização da COPEL.

Requer à Mesa, na forma regimental, seja inserido em ata a presente moção de protesto pelo processo de privatização da Copel, iniciado pelo atual Governo do Estado.

Palácio Rio Branco, 19.02.2001.

(a) CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA

JUSTIFICATIVA:

A Copel é uma empresa pública modelo no Brasil e a mais lucrativa e eficiente do setor enérgico em nosso país. Funcionando há 46 anos sempre deu lucro para o nosso Estado. Somente no ano passado de janeiro a setembro ela contabilizou lucro líquido de R\$288,7 milhões de reais. Privatizá-la neste momento é não reconhecer o seu papel estratégico na implementação de políticas públicas de desenvolvimento. Os famosos projetos “Clic Rural e Urbano” que levaram a energia elétrica aos locais mais longínquo do nosso Estado, de inquestionável importância social, somente foi possível por se tratar de uma empresa estatal, voltada claramente para o interesse público em primeiro lugar e o lucro por último. Não fosse apenas por esse argumento, enumeraremos outros tantos de igual importância:

- É uma empresa de porte capaz não somente de concorrer, mas de derrotar em qualquer processo competitivo as empresas privadas internacionais do setor. É bom lembrar que a Light privatizada no Rio de Janeiro perdeu eficiência, ficando famosa pelos constantes apagões que vitimam o povo daquela cidade, provocando a indignação geral, sem contar que contabilizou prejuízo de R\$80,7 milhões de reais (janeiro a setembro 2000).

- A Copel é a mais avançada empresa de energia elétrica do Brasil nas áreas de geração, transmissão e distribuição.

- A Copel tem uma estrutura funcional e administrativa extremamente profissional e enxuta. Todos os seus funcionários são contratados por concurso público rigoroso.

- Os investimentos feitos pela Copel ao longo de sua história somam perto de R\$14 bilhões de reais. Esses investimentos foram feitos e quase totalmente pagos. A empresa hoje é só lucro, como bem demonstram os seus balanços contábeis.

- A Copel em quase cinco décadas de existência foi usada como um importante instrumento de desenvolvi-

mento econômico e social do Estado, privatizá-la é abrir mão desse poderoso instrumento de desenvolvimento de nosso Estado.

- E talvez o mais importante: Privatizada a Copel ela será administrada pela "Lei do Lucro Máximo". Isso significa que ela jamais terá interesse em praticar políticas tarifárias que estimulem a competitividade das empresas paranaenses. Por outro lado ela acabará por vender energia onde for mais atraente do ponto de vista do lucro e não onde for socialmente mais necessário. Assim o Estado do Paraná perderá um de seus mais poderosos instrumentos de implementação do desenvolvimento econômico e social de nosso povo.

(aa) CLAIR DA FLORA MARTINS, JORGE SAMEK, TADEU VENERI, NATÁLIO STICA, ADENIVAL GOMES, ANDRÉ PASSOS, JORGE BERNARDI, PAULO SALAMUNI, MARCELO ALMEIDA, ÂNGELO BATISTA, CELSO TORQUATO, MAURO MORAES, PAULO FROTE, GERALDO BOBATO, FABIO CAMARGO, JAIR CÉZAR, RUI HARA, RENHOLD STEPHANES JÚNIOR ARLETE CARAMÊS, JOSÉ APARECIDO ALVES - JOTAPÊ".

Fica registrado nesta Casa, esta moção de repúdio à privatização da Copel pela Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba, que, diga-se de passagem, é majoritariamente apoiadora do prefeito, que é do mesmo partido que o governador do Estado.

Mas, senhores deputados, o que me traz a esta tribuna é o caso que envolve os funcionários do Hospital Regional de Cascavel. É lastimável a forma como o Estado do Paraná está tratando aqueles funcionários que deram o seu tempo de convivência com a família em várias horas extras, que a solicitação ao pedido do secretário Armando Raggio permaneceram ali trabalhando, mantendo o Hospital Regional até ele ser transformado em Hospital Universitário. E aí usando de uma súmula do Superior Tribunal de Justiça demitiram todos os funcionários sem pagar os direitos rescisórios.

Então, vamos ao caso. São 300 celetistas, 300 trabalhadores da saúde, no Hospital Regional de Cascavel. Foram contratados em 1996 pelo governo Jaime Lerner, por um teste seletivo determinado por dois anos. Em julho de 98, dois anos depois, o tempo acabou, e o secretário de Saúde reuniu todos os funcionários e diante de que eles estavam em perigo de serem mandados embora, na eminência da rescisão contratual, muitos deles estavam pedindo para sair, estavam saindo do Hospital e eles sabiam que a contratação era temporária, o secretário fez um apelo, já que lá tinha atendente de enfermagem, pessoas que sabiam lidar na UTI, na recepção e tinham condições de continuar tocando o hospital.

Sob pena de o hospital parar, o secretário pediu que eles continuassem, mesmo sabendo da irregularidade. Em dezembro de 98, o Ministério Público Federal entra com uma ação contra o Governo do Estado do Paraná e ganha a ação. A justiça condena o Estado e pede

que ele contrate servidores para o hospital, por concurso público; não que mantenha aqueles servidores, mas outros por concurso público. Em março de 99, portanto, sai esta liminar obrigando o Governo a fazer o concurso. O Governo não cumpre, prefere fazer um acordo com o Ministério Público dizendo que vai fazer o concurso dali a seis meses. Faz o acordo e não cumpre. Nesse tempo, há o que nós chamamos de assédio moral. Os funcionários, sabendo da contratação irregular, já que havia uma decisão judicial, sabendo que a qualquer momento poderiam ir embora, muitos diretores dos hospitais falavam, cumpram o horário das 7 às 19 horas, mas fiquem mais seis ou sete horas extras porque precisamos dar conta do recado, senão ele tinham sido mandados para a rua. Muitos cumpriram as horas extras. Alguns chegaram a trabalhar 30 horas extras a mais.

Com o uso da súmula do STJ que não fala nada sobre verbas rescisórias, ou seja, férias, 40% de multa do fundo de garantia, seguro desempenho, liberado do fundo de garantia, 13º, férias vencidas, horas extras, os funcionários são mandados embora. A eles não são pagos as férias vencidas, todos os direitos rescisórios, e ainda as horas extras que por motivo de assédio moral por parte dos diretores, dos chefes, não são pagos. Os funcionários, a grande maioria, ganham 250 reais; estão na rua, sem receber os direitos. Alguns poucos ganham até 1.200 reais, aqueles profissionais com curso superior.

Uma demanda judicial leva oito anos, senhor presidente, para dar cabo aos direitos dos trabalhadores. Em oito anos eles não vão ficar sobrevivendo com 250 reais. O que eles querem? Nada mais que uma conversa com o Governo do Estado, o Ministério Público, o sindicato, os trabalhadores, e o Governo e entrar num acordo sobre as verbas rescisórias. Eles não querem continuar trabalhando no hospital, porque sabem o problema que é lá, assédio moral. Eles querem apenas as verbas rescisórias.

A mesma súmula que nós usamos para moralizar, aqui na Assembléia, a questão da contratação irregular, lá foi usada de uma forma completamente diferente, porque aqui nós nunca fizemos apelo para os nossos funcionários ficarem. Lá, o secretário fez o apelo, o Governo fez o apelo para ficarem. Portanto, os trabalhadores fizeram um favor para o hospital regional. Há uma diferença desconhecida. Aqui a nova administração da Assembléia usou a súmula para acertar a Casa. Lá eles usaram a súmula para descumprir o acordo.

O que eles querem, senhor presidente, é que o Governo converse com eles, que o governador Jaime Lerner converse com os funcionários: só isto.

Estarei lá, senhor presidente, na próxima sexta-feira pela manhã e deverão estar aqui a semana que vem; vão contactar com a Assembléia para pedir uma ajuda, que o governo converse com eles e acerte as verbas rescisórias com 300 trabalhadores, que a maioria deles, ganha em torno de 250 reais.

Era este o apelo.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Horário do PMDB, concedo a palavra ao deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, hoje pela manhã estivemos conversando com V. Exa. Líderes de entidades muito representativas também, fazendo um apelo a V. Exa. Dom Pedro Fedalto, arcebispo metropolitano de Curitiba, também esteve lá, usando da palavra com muita ênfase, somando-se àquela visão que temos, que deveríamos encaminhar os trabalhos aqui na Casa, para que pudéssemos, na realidade, começar a votação do projeto de privatização ou não da Copel, no dia 04 de setembro.

Da tribuna reforço esse apelo, porque lá inclusive tivemos a oportunidade de falar mais uma vez, e relatamos o quê? Que todo o Paraná, através de mais de 400 entidades se manifestaram de maneira clara, cristalina e inequívoca contra a venda da Copel.

Senhor presidente, chego aqui na Assembléia e me deparo, logo de início, com um pedido de regime de urgência, assinado pelo líder do Governo. Está pedindo o líder governista, Durval Amaral, regime de urgência, para a tramitação do Projeto de Lei nº 248/2001, de autoria do povo do Paraná.

Mais uma vez estamos aqui, argumentando que não há necessidade de se praticar esse regime de urgência, porque em nada o apressamento desta votação vai prejudicar, os intuítos e objetivos do Governo do Estado, de que de maneira isolada, fica defendendo essa posição.

Veja bem, nobre líder Durval Amaral, veja na leitura desse documento, para ver como é que é, que temos maioria, sim, em todos os cantos do Paraná.

Tenho em mãos, e me pediram que fizesse o registro desse documento, aqui, na Casa, e gostaria que o nobre líder do Governo, não viesse nessa minha manifestação, nenhuma agressão ética de minha parte, mas, sim, para registrar essa posição de 14 vereadores da Cidade de Cambé, tão bem representada, durante, muitos anos, por V. Exa.

Então, já faço esse reparo, só que repercute, até como forma de argumentação, isso que estou dizendo. Somos flagrante maioria em todos os municípios do Paraná, no sentido de impedirmos a venda da Copel. “Considerando que a Copel é uma empresa pública das mais viáveis do Estado, cujo desempenho positivo tem se firmado, ao longo de sua atuação, com resultados altamente favoráveis, em favor da população do Estado do Paraná. Os vereadores da Câmara Municipal de Cambé, abaixo-subscritos, vêm protestar contra a sua venda e ao mesmo tempo apelar à alta sensibilidade de V. Exa. para que envide esforços no sentido de remover a intenção do Governo do Estado, desse malfadado desiderato.

Certos de sua compreensão e de que V.Exa. está sintonizado com os anseios da população do Estado e da comunidade cambiensense, que muito espera do seu desem-

penho, principalmente na questão, desde logo antecipamos agradecimentos.

Câmara Municipal de Cambé, 08 de agosto de 2001.

Assinaram: Iris Cavalete- PMDB; Miriam Martins de Araújo- PPS; Carlos Alberto de Lima- PPS; Almiro de Vasconcelos Uchoa- PPS; Osmarino Manzoni-PSDB; Carlos Rasteiro-PPS; Alencar Diniz da Silva-PFL; Luiz Guizeline-PFL; Valdemir dos Santos-PFL; Armando Jairo Martins-PDT; Carlos Alberto Abud-PV; Osvaldo Cândido Neto-PTB; Erasmo Machado-PSDB; José Camargo-PSB e Maria Pascueto-PTB.

Só não está aqui a assinatura do vereador Erasmo Machado, porque ele se ausentou.

Então trago a esta tribuna este documento da cidade de Cambé, que por unanimidade, através dos seus representantes na Câmara fazem este apelo ao ilustre líder do Governo nesta Casa;

Concedo o aparte ao deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado Pugliesi, quero agradecer-lhe o aparte que me concede e é muito oportuno o assunto que V.Exa. traz à tribuna, aliás, na semana que passou eu estive em Antonio Olinto e lá também eles abriram a Sessão, invocaram a presença de Deus, e firmaram um pacto: quem votar a favor da venda da Copel, os geradores daquela cidade se comprometem jamais votar ou trabalhar para que milite na vida pública.

Aqui na região metropolitana de Curitiba, todas as Câmaras estão se manifestando nesse sentido. Aliás, a população está se manifestando só nesse sentido. Mais de 90% do povo é contra! Quero descobrir e quero lançar um desafio ao líder do Governo, para que apresente uma entidade organizada que seja a favor da venda do controle acionário da Copel. Uma! Pelo menos uma entidade organizada que venha a público dizer: “Nós somos a favor da privatização da venda do controle acionário da Copel; não há políticos de base, não há entidade, não há igreja, não há ninguém! Então, senhor deputado Waldyr Pugliesi, o que V.Exa. faz na tribuna é importante, é hora de começarmos falar. Evidentemente V.Exa. toca fundo porque fala da cidade do líder do Governo, que é o nosso amigo Durval Amaral.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Agradeço o seu aparte e quero dizer o seguinte: Daqui a pouco teremos que nos defrontar com uma ação do Governo do Estado. Está aqui o requerimento, através dos seus legítimos representantes. Está aqui um pedido de regime de urgência, e o próprio líder Durval Amaral já me adiantou que também estão caminhando na direção de transformarem o Plenário em Comissão Geral.

Quero dizer a gente vê que é a estratégia governamental. Na realidade querem, fazer a liquidação dessa fatura. O povo não está querendo isso. E eu senhor presi-

dente, gostaria de usar até o espaço que tenho na Liderança das Oposições para continuar nessa caminhada.

Vejam bem, senhor presidente, tenho em mãos um artigo assinado pelo ex-secretário Giovani Gionédis, pelo presidente do Partido Social Cristão, o PSC que a presidente da Audiência Pública outro dia deixou todo mundo em dúvida, porque ele falava “tenho aqui perguntas do PCC”.

Mas eu falei, senhora, indagações do I Comando da Capital?

A senhora - Não, é do PSC!

Então ficou tudo esclarecido naquele momento. mas o que diz o ex-secretário de Governo, rebatendo as afirmações que foram colocadas no mesmo jornal por um ilustre aqui da Capital, se não me engano?

Ele diz: “Portanto, o que eu criticava no Governo e continuo também a criticar fora dele, é tratar da privatização da Copel, como mera operação financeira para cobrir o déficit acumulado nas contas do Estado. Por que essa, advogado Guimarães, é a verdadeira e inconfessável razão para a venda da Copel”.

Vejam bem todos, o ex-secretário, alguém que teve muita intimidade com aquilo que existe de concreto de real dentro do governo, vem fazer uma afirmativa dessa: “é inconfessável a razão, porque verdadeiramente o que se pretende é fazer da operação da venda da Copel uma simples operação financeira”.

Muitos deputados, talvez se nós coletarmos as suas declarações, em determinados dias, semanas, meses ou mesmo mais recentemente como hoje ainda, também, no jornal O Estado do Paraná que diz um deputado:

“Nós queremos fazer a alegria dos prefeitos, pegar o dinheiro, zerar as contas da prefeitura e irmos para o segundo turno nas eleições do ano que vem”.

Está escrito e afirmado!.

Eu, mais uma vez, senhor presidente, pergunto aqui: Será que nós todos do Paraná, que nos levantamos num verdadeiro mutirão, contra aquilo que querem fazer, não seremos, na realidade, ouvidos? Será que vale a pena pegar 50 anos de trabalho, de construção de uma empresa e esfrelá-la com objetivos eleitorais, seja lá de quem for? Vão pegar o dinheiro, levar para o interior, fazer a corte, como um namorado faz à namorada, para fazer mais uma pracinha aqui, mais um portazinho ali, mais uma ruazinha recebendo um asfaltinho aqui e ali.

Ora, senhores do Paraná, nós não podemos nos subjugar. O Estado chegou a essa situação porque não houve timoneiro firme para gastar o dinheiro da maneira mais apropriada.

Não fui orador aqui na Sessão em que se elogiou, se comemorou o aniversário da PM-147 anos, porque não quis ser deselegante. Mas não adianta comemorar 147 anos, a Corporação é um patrimônio do povo do Paraná. Nós temos respeito por aqueles que vestem a farda da PM. Mas, o que é que eles apresentam no 147º aniversário da PM? Fome na casa dos subalternos simples dos cabos e soldados.

Aliás, as senhoras, as mulheres dos PMs deveriam sair da frente dos quartéis e se abrigarem aqui, na frente da Assembléia, na frente do Governo do Estado, exigindo, sim, modificações.

Gloriosa Polícia Militar, receba da Oposição pelos valorosos e inestimáveis serviços que prestaram ao Paraná, todo o nosso respeito, mas não se esqueçam que aqueles que têm que dar segurança não tem nem a segurança de chegar em casa e encontrar comida na mesa.

Concedo aparte ao nobre líder Durval Amaral.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Participo ao nobre orador que ocupa a tribuna que o seu horário está esgotado e pediria a gentileza, porque vamos ainda hoje prestar homenagem aos representantes da Agricultura Familiar, por favor seja rápido.

O Sr. Durval Amaral

Perfeitamente. Quero primeiramente agradecer a benevolência do presidente da Casa.

E agradecer ao deputado Waldyr Pugliesi, em primeiro lugar pela postura e pela forma ética que faz referência ao manifesto dos nossos companheiros, amigos, vereadores do município de Cambé, a quem reputo e tenho a eles o maior apressado e o maior respeito.

Entendo a posição de cada um dos nossos vereadores, e quero dizer que recebo com muita tranquilidade esse manifesto, que não é agressivo. É um manifesto, é a opinião de cada um daqueles vereadores.

E dizer que isso faz parte, deputado Waldyr, da democracia que tanto todos nós temos lutado ao longo desses anos. A democracia pressupõe o contraditório.

E quero lhe agradecer, como lhe disse, por esta postura ética séria, que só enobrece esse grande parlamentar que é V.Exa.

Muito obrigado.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, agradeço mais uma vez a sua tolerância, porque realmente me estendi no uso do tempo. Isso é próprio de V.Exa. democrata e um homem que tem dado na presidência da Casa as mais variadas demonstrações de compreensão, principalmente nestes momentos.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Quero dar uma notícia que com certeza será do agrado de V.Exa, deste parlamentar e do deputado Luiz Carlos Martins: o nosso Paraná Clube ganhou de 1 x 0 do Flamengo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nossos cumprimentos à torcida paranista.

No Horário das Lideranças, o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhores deputados, senhoras deputadas.

Ontem usamos desta tribuna para relatar o dado a respeito da arrecadação do Estado do Paraná, trazido pela "Folha do Estado de São Paulo", onde este Estado outrora pujante, organizado, de finanças equilibrada, apresentou no último semestre a 27ª colocação na arrecadação do País.

E se mais grave não fosse, deputado Elio Rusch, é que cresceu negativamente, 3,37. As mazelas do Estado não param na queda da receita, na manifesta má aplicação dos recursos públicos e nos desvios que o Tribunal de Contas e a imprensa está a anunciar todos os dias, toda semana.

E agora, instado por este estado de situação, o Tribunal de Contas criou uma comissão para analisar as obras paralizadas no Estado do Paraná. E hoje concedeu o senhor presidente do Tribunal de Contas, conselheiro Rafael Iatauro, uma entrevista coletiva e lá estive e ele passava os números aterrorizadores daquilo que se transformou a administração pública do nosso Estado: 1055 obras públicas estão paralisadas, deputado Marcos Isfer! E destas 1055 obras paralisadas, dinheiro público mal empregado, mal investido, vazado pelo ralo da incompetência, 88% pertence ao Estado do Paraná; 5% pertence a 346 municípios; 7% representa a parcela da União!

E nós dentre estes números, destacamos, por título: ação cultural: 22 obras; ação social: 29 obras; creches: 35 obras; delegacia e batalhão de Polícia Militar: 11 obras; escolas para a juventude de nosso Estado: 288 obras foram iniciadas e estão paralisadas pelo Governo do Estado; hospitais: 19 obras; de construção, iniciação, implantação e reforma da malha viária: 53 obras. E aí, deputado Luiz Accorsi, nós não falamos da necessidade de restauração, que da região que Vossa Excelência representa, recentemente os agricultores colocaram banana e santa bárbara no eixo da pista, dado a situação de precariedade do seu uso; moradia: 8 conjuntos habitacionais; obras de saneamento: 48 obras; outras não classificadas: 4; praças e parques: 42; prédios administrativos: 6 obras; quadra e ginásio de esportes: pasmem, 210 obras, só na Secretaria de Esporte e Turismo, só com um item, de quadras, foi aquele lote em que cada quadra custava 56 mil reais e 28 era o valor ofertado à empresa que viesse concluir. Por isso não conseguiram concluir. Rodovia: 191 obras, faz parte do lote de 10 mil quilômetros da estrada dos caminhos da Educação; terminal rodoviário: 4 obras; unidades de saúde: 20 obras; unidade industrial: 65 obras, algumas com recursos transferidos pelo Governo Federal e que com certeza veio recurso. O Estado, dado a sua precariedade financeira, não teve condições de dar a contrapartida, e por isso o dinheiro foi devolvido à União, sem concluir.

Município de Curitiba: 41 obras, sendo 03 obras de responsabilidade do município e as outras 38 de responsabilidade do Estado. Município de Maria Helena: 10 obras; Jataizinho, Maringá: com 09 obras; Paranavaí,

com 08 obras; Ipiranga, Tomasina, Pinhais e Paranaguá: com 07 obras.

E assim, nós poderíamos colocar uma centena de comunidades paranaenses que estão com obras paralisadas, deputado Algaci Tulio. Fruto da má aplicação, porque na sua maioria, o Governo assinou os convênios com os municípios, transferiu a primeira parcela e não concluiu. Aí o município hoje, juntamente com o Governo, tem a obra sem concluir:

Esta Casa precisa tomar uma medida. A Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu artigo 45, estabelece que não se pode iniciar uma nova obra sem que uma anterior esteja concluída.

É o que nós precisamos fazer, através da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento.

Muito obrigado, senhor presidente, pelo tempo e pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 391/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder Executivo a isentar do pagamento a taxa de água cobrada pela Sanepar às Vilas Rurais já existentes: autoriza a perfuração de poço artesiano e sistema de captação de recursos hídricos naturais quando da implantação de saneamento básico em Vilas Rurais novas. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CF. COM EMENDA DE PLÊNARIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o projeto, na forma original, artigo por artigo.**

Emenda - **Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 391/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a isentar do pagamento a taxa de água cobrada pela Sanepar às Vilas Rurais já existentes: autoriza a perfuração de poço artesiano e sistema de captação de recursos hídricos naturais quando da implantação de saneamento básico em Vilas Rurais novas.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade da emenda apresentada em plenário, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável à emenda de Plenário.

Sala das Comissões, em 20.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Plauto Miró Guimarães, Algaci Tulio, Antonio Carlos Belinati, Orlando Pessuti, Marcos Isfer e Hermes Fonseca (voto vencido).

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 002/2000, de autoria da Comissão de Tomada de Contas. Aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, no exercício de 1992. COM PARECER FAVORÁVEL DA CTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 031/2000, de autoria da Comissão de Tomada de Contas. Aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, no exercício de 1995. COM PARECER FAVORÁVEL DA CTC. **Em votação.**

O SR. IRINEU COLOMBO (Para encaminhar)

Senhor presidente, só quero anunciar, antecipadamente, que a bancada do PT vota contra a prestação de contas do governo Jaime Lerner em 95, por gasto excessivo em publicidade, sem licitação; aumento nos cargos em comissão excessivamente à administração anterior, e os gastos com publicidade da administração indireta completamente incompatível com as recomendações do Tribunal de Contas.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado o voto em contrário do deputado Irineu Colombo e da deputada Luciana Rafagnin.

Em votação - **Aprovado, artigo por artigo.**

Fica registrado o voto contrário também dos deputados Luiz Carlos Zuk, Eli Ghellere e José Maria Ferreira.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 104/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que cria o Programa Suplementar de Informatização de Escolas e Creches. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 032/2000, de 10/04/2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 104/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, visa criar o programa suplementar de informatização de escolas e creches. Em sua justificativa o autor pretende “auxiliar escolas e creches do Estado a adiantar, com a colaboração da sociedade organizada, o acesso de estudantes dos mais variados níveis à utilização de computadores, sobretudo em se relevando que não vislumbra atualização sem computadores”.

Sob a ótica constitucional e legal, o projeto de lei se reveste da necessária formalidade.

Sala das Comissões, em 27.06.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

BETO RICHA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 104/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, objetiva criar o Programa Suplementar de Informatização de Escolas e Creches.

Conforme podemos observar, já constatamos a existência de pronunciamento favorável, da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de acordo com o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno, entende que não existe nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação.

Desta forma, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.08.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 104/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, criar o Programa Suplementar de Informatização de Escolas e Creches.

Chamada esta Comissão a se manifestar, entende que o processo de informatização em escolas e creches é

de fundamental importância para alunos e professores, permitindo contato diário com a tecnologia.

Sendo assim somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.08.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 403/2000, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que autoriza a Universidade Estadual de Londrina - UEL, a alienar bens de seu patrimônio. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECE E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 170/2000, de 28/11/2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 403/2000

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 403/2000, de autoria do deputado Moysés Leônidas, autoriza a Universidade Estadual de Londrina - UEL, a alienar bens de seus patrimônio.

“Embora os termos do artigo 67 do Código Civil estabeleçam a inalienabilidade como característica dos bens públicos, a possibilidade de alienação de referidos bens está “inserida” no próprio artigo 67, que dispõe: “Os bens de que trata o artigo antecedente só perderão a inalienabilidade, que lhes é peculiar, nos casos e forma que a lei estabelecer.

Tratando-se de bens dominicais, isto é, não há afetação dos mesmos a nenhum uso comum ou especial, possível é a alienação.

O projeto de lei visa conceder a devida autorização legislativa que pode ser genérica, pois a venda dependerá de avaliação dos imóveis e processo licitatório.

Conforme parecer da Coordenadoria do Patrimônio do Estados, o projeto de lei contém impropriedades em relação à identificação dos imóveis. Para sanar o problema, apresentamos emenda anexa.

Isto posto, emitimos nosso parecer favorável, sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade, à tramitação do Projeto de Lei nº 403/2000, com emenda apenas.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 403/2000

O artigo 1º, *caput*, do Projeto de Lei nº 403/2000, de autoria do deputado Moysés Leônidas, passa a ter as seguinte redação:

“Art. 1º - Fica autorizada a Universidade Estadual de Londrina - UEL, a alienar bens de sua propriedade constituídos pela chácara situada no lote de terra nº 189,

com área de 5.852m ,no Ribeirão da Esperança, matrícula nº 19.123; e o apartamento situado na Rua Pará, nº 590, no Edifício Amaralina, 4º andar, nº 404, com área exclusiva de 70,00m2 ,área de uso comum de 9,04m2 e espaço de garagem de 10,55m2 ,matricula nº 4.447, ambos situados no município de Londrina, Estado do Paraná”.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE PROJETO DE LEI Nº 403/2000

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Moysés Leônidas, tem por finalidade autorizar a Universidade Estadual de Londrina - UEL, a alienar bens de seu patrimônio.

Encaminhando à Comissão em 20/03/2001, chega a esta assessoria para ser analisado, nos termos do artigo 33, parágrafo 7º, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em questão já foi analisado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, da qual mereceu parecer favorável.

Esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, chamada a opinar, conclui que os imóveis em questão, objeto deste pleito, são originários de doação à Universidade Estadual de Londrina, pelo falecido professor Peter Walter Westcott, e que o mesmo teria manifestado em vida a sua vontade de que seus bens materiais fossem destinados ao Departamento de Biologia Animal e Vegetal do Centro de Ciência Biológica da Universidade. Além disso, os imóveis estão ociosos e sem ocupação, em razão de suas localizações e de suas características físicas.

Consultada a Coordenadoria do Patrimônio do Estado, a mesma manifestou-se favoravelmente pela alienação dos imóveis, determinando que a receita auferida com a alienação seja destinada para construção de área física para instalação do Curso de Pós-Graduação, e Mestrado em Ciências Biológicas.

Conclusão

Pelo exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma da Emenda Modificativa, em anexo.

Sala das Comissões, em 24.04.2001.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 403/2000

P A R E C E R :

O projeto de em tela, de autoria do deputado Moysés Leônidas, tem por finalidade autorizar a Universidade

Estadual de Londrina - UEL, a alienar bens de seu patrimônio.

Tendo o projeto já sido analisado pelas Comissões de Constituição e Justiça e Comissão de Educação, Cultura e Esporte, merecendo parecer favorável por parte dos relatores e ainda analisando a justificativa apresentada pelo eminente autor do projeto, em que a alienação destes bens pela Universidade Estadual de Londrina, que foram doados pelo falecido professor Peter Walter Westcott, servirá para a construção de instalações físicas para Curso de Pós-Graduação em Ciências Biológicas da referida Universidade, entendemos que a alienação só beneficiará os alunos daquela instituição.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável, na forma da Emenda Modificativa apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 06.06.2001.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ÂNGELO VANHONI - Relator

Em votação.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Para Encaminhar)

Senhor presidente, eu queria até justificar aqui, numa fase de investigação que está passando a Universidade Estadual de Londrina, que esse projeto, na verdade depende da sanção do Governo do Estado.

A Universidade tinha lá um professor que faleceu e não tinha herdeiros e deixou a maioria absoluta do seu patrimônio para a Universidade, onde foram construídos dois laboratórios na área de biologia e eles estão necessitando deste projeto. É um projeto saído da Universidade, com interesse.

Queria pedir a aprovação dos demais companheiros, porque vai atender a Universidade Estadual de Londrina.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em votação.

Aprovado.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 123/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que dispõe que os créditos tributários referentes ao IPVA, as multas de trânsito estaduais e a taxa de estadia do DETRAN, poderão ser parcelados em até 12 (doze) vezes, conforme especifica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado. (Publ. no DA nº 135/2001, de 10.04.2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 123/2001

P A R E C E R :

De autoria do nobre deputado Divair Braz Palma, o projeto em questão dispõe que os critérios tributários referentes ao IPVA, as multas de trânsito estaduais, e a

taxa de estadia do Detran, poderão ser parceladas em até 12 (doze) vezes, conforme especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, não encontramos óbice que a impeçam de seguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 15.05.2001.

(aa0) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TÚLIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 123/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, dispõe que os créditos tributários referentes ao IPVA, as multas de trânsito estaduais e a taxa de estadia do Detran, poderão ser parcelados em até 12 (doze) vezes, conforme especifica.

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças entende que inúmeros proprietário que estão com seu IPVA, multas de trânsito e taxas de estadia do Detran, em atraso, poderão regularizar a situação através do parcelamento proposto.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no Artigo 33, § 3º. do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 123/2001.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.06.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

LUIZ ACCORSI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2421, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, com apoio dos senhores deputados Valdir Rossoni, Plauto Miró Guimarães, Antonio Carlos Belinati, Duílio Genari, Custódio da Silva demais deputados, constante do expediente. **Recebido, na forma do Artigo 107, do Regimento Interno.**

Requerimento nº 2404, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Será feita verificação de votação.

O SR. DURVAL AMARAL

Chamada nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os senhores deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Solicito, deputado Tony Garcia, que estava secretariando a Mesa, que retorne ou justifique sua ausência.

Será computado o voto, porque no momento da votação, ele estava aqui! Conforme o Regimento Interno da Casa: 26 com o Tony Garcia que está ausente. Estava presente no momento de início da votação, 27 com o presidente.

Agora, os votos contrários ao requerimento que se levantem.

Deputado Waldyr Pugliesi, estavam presentes 28 senhores deputados. **Está aprovado o requerimento.** Não vou ferir o Regimento.

Requerimento nº 2414, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Quero me solidarizar também, com o deputado Tiago, pelo passamento de sua progenitora, dona Aldinha.

Requerimento nº 2416, de autoria dos senhores deputados Ademir Bier, Luciana Rafagnin, Edson Strapasson, Irineu Colombo, Waldyr Pugliesi e demais deputados, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL

Para discutir senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão na forma do Artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 2420, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, com apoio dos senhores deputados Irineu Colombo, Edson Strapasson, Hermes Fonseca, Orlando Pessuti, Eli Ghellere e demais deputados, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, estamos em processo de votação; a Liderança do Governo vai encaminhar contrariamente.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, para encaminhar

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, quero pedir a atenção dos senhores deputados.

O que está ocorrendo na universidade pública do Paraná, é de gravíssimas consequências. Em Cascavel, na

Unioeste, a universidade calouro, a mais nova, pública, do Paraná, e que é orgulho para a população do Oeste e Sudoeste do Paraná, em um curto espaço de tempo alcançou um nível elevado na prestação de ensino à nossa juventude.

Só, senhor presidente, que de uns tempos para cá, ela tem sido palco de denúncias gravíssimas.

A reitora foi afastada. Segundo informações, por denúncias de concursos fraudulentos, por desvio de recursos: também ao sair ela deferiu petardos contra pessoas que estão hoje no comando da Universidade do Oeste do Paraná.

E o povo do Oeste e do Sudoeste, - a Universidade do Oeste, também tem um campus e Francisco Beltrão - a Universidade do Oeste, também tem um campus em Francisco Beltrão - não pode permitir, senhor presidente, que um patrimônio do nosso povo, uma instituição que é orgulho para toda a população, seja marcada por atos de corrupção, de desmando e de fraude, como está ocorrendo na Universidade do Oeste do Paraná.

Desta forma, é importante que a Comissão de Educação desta Assembléia se dirija a Cascavel, e também vá a Londrina, aonde nós observamos pela imprensa, a vinculação de denúncias envolvendo a prática irregular na aplicação de recurso público.

A Assembléia Legislativa do Paraná, não pode se esquivar de colaborar com a Justiça, com o Ministério Público, com a Polícia, para podermos identificar todos aqueles que não se comportam com decência na aplicação de recurso público.

Por isso, deputado Durval Amaral, não adianta V. Exa. encaminhar contra esse requerimento, porque a Comissão de Educação poderá mesmo sem a aprovação do requerimento, ir a Cascavel e Londrina. O que nós queremos, é dar à Comissão de Educação, a ferramenta capaz de ajudar no esclarecimento das denúncias que pairam contra a Unioeste e a UEL pelo bem da educação do Paraná, pelo respeito à Unioeste, para se manter o orgulho que a população do Oeste e do Sudoeste possuem em relação a esta Universidade, a Assembléia tem que ajudar no esclarecimento.

É por isso que estamos sugerindo que a Comissão de Educação vá a Cascavel, vá a Londrina e preste esse serviços extraordinário ao povo do nosso Estado.

Era isso, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, é um requerimento que não tem porque a Bancada do Governo se submeter a esse desgaste.

O Paraná é o Estado a nível da Federação, que mais investe no terceiro grau. O governo Jaime Lerner encaminhou uma correspondência para casa um dos professores deste Estado, recentemente, dizendo que quando

ele assumiu o governo em 1994, o dispêndio com o setor do terceiro grau era de setenta e cinco milhões de reais e, hoje, esse dispêndio ascende a mais de trezentos milhões de reais!

É pela responsabilidade, deputado Durval Amaral, é pela quantidade e até pelo investimento que fez o Governo do Estado educacional, especialmente no terceiro grau, é que precisamos fiscalizar, encaminhar, conhecer a verdadeira realidade que está vivendo o terceiro grau. Por isso, não tem por que não votaremos.

Sou membro da Comissão de Educação, o deputado Algaci Tulio também e tem como presidente o deputado Ângelo Vanhoni que não está aqui, porque não está passando bem. Ela pode fazer isso, mas o que a Assembleia Legislativa vai estar concedendo à Comissão de Educação? É mais um instrumento, através da sua constituição em Comissão Especial de Investigação. É isso que nós queremos para a aprovação deste requerimento.

Portanto, solicito aos senhores deputados e inclusive com a aquiescência do deputado Durval Amaral, que modifique seu posicionamento e faça com que esse requerimento seja aprovado nesta Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Para encaminhar, deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhor presidente, não se trata de uma discordância minha, da capacidade da Oposição de convencer a Liderança do Governo. Não é esta a questão. Não é o mérito que estamos discutindo aqui, neste requerimento, mas a sua forma. Por quê?

As Comissões Permanentes têm ritos próprios previstos no Regimento Interno desta Casa e, efetivamente, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que é o que pretende o deputado Nereu Moura, por extensão, considerando poderes de Comissão Parlamentar de Inquérito à Comissão de Educação, tem rito próprio previsto pelo Regimento Interno.

Então, nós não podemos misturar. Claro, deputado Nereu, que a Comissão Permanente de Educação pode ir a Londrina, pode ir a Cascavel, pode ouvir, ninguém se opõe a isso. Mas, efetivamente, querer estrapolar não é possível, só quanto à forma. E tenho, inclusive conversando aqui com os nosso deputados, os próprios deputados da base do Governo, deputado Moysés Leônidas, que não se encontra aqui neste momento; fez um pronunciamento pedindo investigação nessa instituição de ensino.

Então nós vamos, sim, vamos encaminhar. Até apelo ao senhor, que retire o requerimento, para que a Bancada do Governo, junto com os deputados de Oposição, possam estudar irregularidades que ocorrem nas cidades de Cascavel e Londrina.

O SR. NEREU MOURA

Pela Ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pela ordem, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Nós não estamos propondo a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, o deputado Durval Amaral leu erroneamente o nosso requerimento.

Então, só quis corrigir uma informação que o deputado Durval Amaral passou ao Plenário de que nós estaríamos propondo uma Comissão Parlamentar, e não é.

É a Comissão de Educação da Casa revestida de poderes maiores, para que ela possa ir a Londrina, a Cascavel e fazer um trabalho completo, ela não vá capenga, é somente isso.

Então, senhor presidente, eu queria esclarecer que nós estamos propondo que a Comissão de Educação, comissão permanente desta Casa, revestida do poder de fazer investigação, possa fazer esse papel em nome deste Parlamento.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

É oportuno que neste momento nós possamos fazer uma avaliação correta do que está acontecendo nos cursos universitários, e por conseguinte, na administração das universidades públicas do Estado do Paraná.

Creio que a Comissão Permanente de Educação desta Casa tem todas as condições para ouvir aqui nos recintos da Assembleia, bem como no recinto de qualquer uma das universidades públicas, o que lá acontece.

Colocou muito bem aqui o nobre e ilustre deputado José Maria Ferreira. Nunca na história do Estado do Paraná se investiu tanto em ensino superior como se investe agora; foi concedida autonomia às universidades.

E quero dizer aos senhores deputados, tenho preocupações com essa autonomia. Somos sabedores que existem excessos sim, nas universidades; sabemos, sim, que criam-se cargos, nobres deputados, sem nenhum concurso, por mero instrumento do reitor;

Creio que é oportuna a averiguação desses fatos, mas não podemos, de forma nenhuma, atropelar o Regimento, fazer com que a Comissão de Educação, comissão permanente desta Casa, que já tem poderes para isso, seja revestida de outros poderes que o Regimento não lhe dá amparo.

Então, eu queria aqui reafirmar uma posição que comungo com o pensamento dos deputados que querem fazer a averiguação desses fatos e vamos fazê-la através da nossa comissão permanente, a Comissão Permanente de Educação que tem poderes para isso como qualquer outra comissão tem para avaliar os assuntos afins.

Quero aqui, hipotecar solidariedade a essa preocupação dos nobres deputados, mas que possamos fazer essa averiguação através da Comissão Permanente de Educação desta Casa.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, não estamos querendo fazer aqui um cavalo de batalha, em cima disso, estamos querendo é defender os interesses da população, porque, por exemplo, na União todo mundo denuncia todo mundo...

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, o deputado Nereu Moura, com todo o respeito, está encaminhando pela terceira vez.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu estou fazendo o encaminhamento para propor aqui uma saída que possa atender os interesses de todo mundo.

Deputado Durval Amaral, tenha um pouco de calma.

Senhor presidente, eu quero retirar o requerimento, quero propor exatamente isso.

O que queremos, é prestar um serviço para o Paraná. Eu me disponho a retirar o requerimento, estudar com os demais parlamentares, lideranças, para que possamos fazer um requerimento de consenso, e criar, então, uma comissão especial própria para ir fazer essas investigações, conforme a sugestão do deputado Durval Amaral.

Retiro o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está retirado pelo autor.

Requerimento nº 2323, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Será feita a verificação de votação.

Os deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Dezenove senhores deputados aprovam.

Deputados que rejeitam: vinte e um senhores deputados; está **rejeitado** o requerimento.

O SR. ALGACI TULIO (Justificativa de Voto)

Senhor presidente, a questão da Sanepar é uma questão que transcende a questão política partidária nesta Casa. Nós não podemos entender que a Bancada do Governo, com todo o respeito a cada um dos senhores parlamentares, muitos inclusive moradores em Curitiba, muitos inclusive que têm sua moradia no interior, na sua base eleitoral, e tem também a sua moradia aqui na capital do Estado, que estão sentindo na água que chega na torneira do seu apartamento, da sua mansão, a dificuldade que passa o povo de Curitiba: um milhão e cem mil moradores estão sofrendo com a qualidade da água que chega nas torneiras de suas casas. E a Bancada Gover-

nista, lamentavelmente, não aceita este meu requerimento de convocação do presidente da Sanepar.

Possivelmente tenhamos que convocar então amanhã o presidente da Vivandi, que é a empresa francesa que tem a maioria das ações da Sanepar, porque está mostrando isto aí, de todas as formas, a qualidade da água que está sendo consumida pelo povo de Curitiba.

Eu estive na inauguração da represa do Iraí, uma obra, sem dúvida alguma, maravilhosa no aspecto visual, mas lamentavelmente, com o passar do tempo, comprovou-se que aquele local era impróprio para se construir uma represa, isto porque, um estudo, um prognóstico sobre a qualidade das águas do futuro reservatório do Iraí de 1997, antes portanto, da construção da represa, já mostrava as dificuldades, as complicações que haveriam tão logo fosse formado o lago da represa do Iraí: não tem profundidade, deputado José Maria Ferreira, no máximo cinco a dez metros de profundidade. É um lago extenso.

Eu tenho aqui todos os dados não vou cansar os senhores parlamentares, até porque em respeito ao presidente da Assembléia que tem uma Sessão Extraordinária ainda, mas eu poderia aqui desfilar para os senhores parlamentares, tenho cinco laudas aqui de um estudo feito, no requerimento que está à Mesa e que eu espero que seja aprovado, o requerimento o encaminhamento de proposição ao chefe do Poder Executivo para que determine aos órgãos ambientais do Estado e à Sanepar a adoção de medidas urgentes que se fazem necessárias para tentar salvar, ainda, a represa do Iraí, senão, é bem provável que passe a se transformar em mais um parque cuja água, lamentavelmente, não terá condições de servir para consumo de alimentação da nossa população.

Senhor presidente, em respeito a V. Exa. e aos agricultores que estão aqui neste Plenário, não vou me estender nesta minha justificativa, mas lamento, profundamente, que este requerimento não tenha sido aprovado.

Esta Casa perde uma grande oportunidade de ouvir o presidente da Sanepar, de ouvir os sócios franceses que viriam aqui dizer quais medidas estão tomando para salvar a população curitibana, porque o rico, o remediado, classe média, ainda pode comprar água mineral. O pobre da favela e da periferia, vai começar a ter disenteria e outros problemas de saúde e aí nós saberemos a quem responsabilizar.

O SR. NEIVO BERARDIN (Para Justificar)

Senhor presidente, está aqui em minhas mãos a prestação de contas do Governo do Estado de 1998, e aqui está escrito que o governo vendeu a parte da Sanepar, por 244 milhões de reais.

De outro lado, tenho aqui os documentos da negociação feita na Bolsa de Valores do Estado que foi vendida por 249 milhões e 678 reais. Há uma divergência aqui, se considerados na época - dólar/real -, de cinco milhões e 700 mil dólares. É preciso que o governo explique essa divergência, porque são provas documentais. Há também outra constatação: os próprios compradores, o

Vivandi, a Andrade Gutierrez, o Banco, que estiveram, aqui na CEI, que investiga a Sanepar, declararam que pagaram 49 milhões, conforme está esse documento, aqui. E o governo diz que vendeu, por 244 milhões de reais.

Senhor presidente, este aí é mais um documento que reputo inquestionável. No entanto, acho que o governo deve determinar alguém para contraditar esses fatos. Não é possível que a gente fique aqui falando, mostrando e informando à população e o governo não se disponha a contraditar, a debater.

Tenho afirmado, constantemente...

O SR. VALDIR ROSSONI

Questão de ordem, senhor presidente.
(Assentimento)

Acredito que o encaminhamento, da questão de ordem, do ilustre deputado Neivo Beraldin, é descabido para o momento, porque cada vez que o deputado Neivo Beraldin encaminha ou pede uma questão de ordem, ele conta a mesma história.

Eu gostaria que V. Exa. pedisse ao deputado Neivo Beraldin, ou que fosse breve - já que ele está descumprindo o Regimento, - ou que pelo menos mudasse a sua história.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. tem toda a razão, mas é que sempre somos abrihantados aqui pelos pronunciamentos do deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Quero informar ao ilustre líder do Governo, Valdir Rossoni, que ele continue colaborando com a liderança: ele vendeu 115 milhões, 106 mil e 773 ações, a 2,17. Façam a conta que chegarão ao número que eu dou. Estão aqui os documentos. Estão aqui também, a prestação de contas do governo. Provem ao contrário, vão para o contraditório.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, só para registrar nos Anais, os votos favoráveis à vinda do presidente da Sanepar, dos deputados: Tony Garcia, Renato Gaúcho, Edson Praczyk, Augustinho Zucchi, Marcos Isfer, Neivo Beraldin, Algaci Tulio, Luciana Rafagnin. Eli Ghellere, Antonio Anibelli, Orlando Pessuti, Irineu Colombo, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Edson Strapasson, Ademir Bier, José Maria Ferreira e esse deputado, que vos fala, Luiz Carlos Zuk, para que a população de Curitiba conheça os deputados, que querem esclarecer o problema da água na Região Metropolitana.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Requerimento com discussão adiada, do deputado Algaci Tulio.

Em votação.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Os deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Dezenove deputados aprovam.

Os rejeitam, queriam levantar-se.

Dezenove. Houve empate. O presidente decide.

(O presidente faz a contagem dos votos, novamente, dos senhores deputados)

Vinte senhores deputados. **Está rejeitado o requerimento.**

Requerimento nº 2376, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

Os deputados que aprovam queiram levantar-se.

Dezoito senhores deputados. **Está rejeitado o requerimento.**

Requerimento nº 2377, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

Em votação: os deputados que aprovam, queiram levantar-se. Dezesesseis.

Deputados que rejeitam queiram levantar-se: vinte e dois, **está rejeitado.**

Requerimento nº 2380, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, apenas para registrar a presença do vereador Enéas, de Barracão que faz presença em nossa tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nossas boas-vindas ao vereador Enéas à nossa Casa.

Pela ordem, o deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Quero registrar, da mesma forma, a presença do presidente da Câmara Municipal de Cafelândia, vereador Valdir Andrade, nosso popular “bugrão” e também o vereador Lauro Foman, do município de Missal.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sejam bem vindos à nossa Casa de Leis.

Requerimento nº 2325, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

Requerimento nº 2350, de autoria dos senhores deputados Orlando Pessuti, Serafina Carrilho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Nereu Moura, e demais senhores deputados, constantes do expediente de Sessão anterior. **Arquive-se, pois já foi atendido.**

Requerimento nº 2394, de autoria do senhor deputado Custódio da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2395, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2396, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2397 e 2398, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2399 e 2400, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2401 e 2417 a 2419, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2406 a 2408, de autoria do senhor deputado Renato Gaúcho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2409 a 2412, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2413, de autoria dos senhores deputados Ângelo Vanhoni, Irineu Colombo, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Hermas Brandão e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2381, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Antes de encerrarmos a Sessão vamos dar a palavra ao deputado Orlando Pessuti, e posteriormente ao deputado Augustinho Zucchi, para fazerem uma saudação ao Dia da Agricultura Familiar.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Na realidade nós comparecemos a esta tribuna para trazer ao conhecimento dos senhores deputados, que no dia de hoje está acontecendo mais uma marcha da agricultura familiar patrocinada pela Fetaep, Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Paraná, cujos representantes estão visitando esta Casa, e digo a V. Exa. que os quase mil trabalhadores que estão nessa marcha, não estão presentes aqui na Assembléia porque estão acompanhando uma audiência com o secretário da Agricultura

e com S. Exa. o Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner.

A Fetaep havia solicitado um espaço para poder se manifestar, durante a Sessão Plenária de hoje.

Conversando com V. Exa. e com o Antonio Zarantonelo, esclarecemos aos companheiros da Fetaep que na Sessão de hoje já estava programada a vinda do presidente da UPE - União Paranaense de Estudantes; estava programada a Sessão Solene da Polícia Militar, e que, em decorrência desses dois compromissos, estávamos abrindo espaço, através do presidente Hermas Brandão, para que o presidente Zarantonelo viesse aqui com a sua comitiva logo após a Sessão Especial da Polícia Militar.

Acontece que, logo após a Sessão da Polícia Militar, justamente foi o horário em que tiveram que se deslocar para o Palácio Iguaçu para uma audiência com o governador e com S. Exa. o secretário da Agricultura.

Diante disso, de certa forma ficou prejudicada a presença daqueles que vieram do interior do Estado, para esta marcha do "Grito da Terra 2001" e certamente até o instante presente, não se concluiu a audiência com o governador, porque pediu ao Antonio Zarantonello que, tão logo terminasse lá, entrasse em contato pelo celular. Ainda a pouco leguei-lhe; não havia sido concluída essa audiência.

Por essa razão, senhor presidente Hermas Brandão e senhores deputados, entendo que amanhã, da segunda ou na terça-feira, mesmo não contando com a presença das lideranças do interior, nós poderemos aqui abrir um espaço ao presidente Zarantonelo, para que ele traga ao conhecimento desta Casa, na semana que vem ou na data que ele entender oportuna, as reivindicações, as sugestões, à pauta de reivindicações do "Grito da Terra 2001", idealizado, realizado e conduzido pela liderança da Federação dos Trabalhadores.

Todos nós que aqui estamos, principalmente aqueles parlamentares que têm vínculo com a Comissão de Agricultura, com o Bloco Agropecuário, com a Frente Parlamentar Sul da Agricultura Familiar, temos conhecimento e temos compromisso com a Agricultura Familiar do Estado do Paraná e deste País.

Razão pela qual, senhor presidente conclamo a V. Exa. para que, não tendo sido possível no dia de hoje, em função das duas Sessões que tivemos aqui, de conversações com o presidente da UPE e com a Polícia Militar, em função do horário que se programou a audiência do "Grito da Terra 2001", com da Fetaep, com o governador e o secretário da Agricultura, não permitindo que se conciliasse todas essas questões e a vinda deles a esse plenário, sugiro que na semana que vem, na data que o presidente Zarantonelo entender oportuno, que ele venha aqui junto com a diretoria da Fetaep e quem sabe, com os seus diretores regionais, trazer ao conhecimento nosso a pauta de reivindicações do "Grito da Terra".

Mas aqueles que aqui ainda estão, recebam de nós, em nome daqueles que nesta Casa defendem a agricultura familiar que integram a Comissão de Agricultura, o

Bloco Parlamentar Agropecuário, a Frente Sul da Agricultura Familiar, recebam a nossa solidariedade, o nosso apoio, para que possamos, juntos, trabalhar na realização desse sonho dos agricultores, que são as reivindicações trazidas a esta Casa, ao governo do Estado e também ao governo federal. Cumprimento aqueles que aqui estão.

Peço que transmitam em nome nosso e de todos os demais deputados os cumprimentos pelo “Grito da Terra 2001” e ficaremos aguardando a definição do presidente Zarantonelo, do dia que ele possa vir aqui trazer as reivindicações e sugestões de pauta para trabalho desta Casa em favor da Agricultura Familiar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nobre deputado Pessuti, nós poderíamos entrar em contato com o presidente da Fetaep, Sr. Zarantonelo e convidá-lo para usar o Grande Expediente de segunda-feira.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Perfeitamente. Vou transmitir a ele, senhor presidente, essa sua sugestão, e se dessa forma for entendido, comunicar-lhe-ei no dia de hoje ou amanhã.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, o deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Vossa Excelência tinha anunciado que eu também faria uma saudação aos membros da Agricultura Familiar que aqui estão, mas tendo em vista esse encaminhamento comentado pelo deputado Pessuti, proposto por V. Exa, nós então deixaremos para fazer esse pronunciamento na oportunidade que o presidente da Fetaep aqui estiver.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 09, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 590/99, 065, 222/2000, 195, 222 e 257/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 104, 403/2000 e 123/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 169, 263, 284, 297, 298/2001 e 191/2000.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 13 da Lei nº 13.030 de 28 de dezembro de 2000.

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 026/2001-DAT

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 13030 de 28 de dezembro de 2000 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	Fonte	Valor
44905200	000	4.000.000,00

ACRÉSCIMO DA DESPESA:

Código	Fonte	Valor
33903900	000	4.000.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, em 08.08.2001.

(aa) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Visto: Deputado Valdir Rossoni

Primeiro Secretário

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA ATA DA 070ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2001

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Irineu Colombo, secretariada pelos senhores deputados Luiz Carlos Zuk e Cesar Seleme.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Irineu Colombo, Cesar Seleme, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ângelo Vanhoni, Caíto Quintana, Carlos Simões, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Zuk, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk e Wal-dyr Pugliesi (14).

O SR. PRESIDENTE (**Irineu Colombo**)

Sob a proteção de Deus declaro aberta a presente Sessão.

Em discussão a Ata que acaba de ser lida.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Pela falta de deputados em Plenário V. Exa. não pode tocar a Sessão, senhor presidente. Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Irineu Colombo**)

Tendo em vista o artigo 88 do Regimento Interno e não havendo o número mínimo de 1/3 dos membros da Assembléia Legislativa, declaro encerrada a Sessão e considero que ela nem tenho sido aberta, porque não coloquei em votação a Ata, marcando outra para segunda-feira, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia.

Levanta-se a Sessão.